



<http://www.unifafibe.com.br/revistalettrasfafibe/>

ISSN 2177-3408

GABRIEL BOCALETTI MORATO

**MODELOS DE ORGANIZAÇÃO RETÓRICA EM
TEXTOS ESCOLARES DE OPINIÃO**

BEBEDOURO – SÃO PAULO.

2013

GABRIEL BOCALETTI MORATO

MODELOS DE ORGANIZAÇÃO RETÓRICA EM TEXTOS ESCOLARES DE OPINIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Centro Universitário Unifafibe como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Letras (Inglês e sua respectiva literatura).

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Guariglia

BEBEDOURO – SÃO PAULO.

Revista Letras Fafibe, Bebedouro-SP, 4 (1), 2014.

2013

Morato, Gabriel Bocaletti

Modelos de Organização Retórica em Textos Escolares de Opinião /
Gabriel Bocaletti Morato. --Bebedouro: Unifafibe, 2013.

65 f. ; 29,7 cm

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras / Inglês –
Centro Universitário Unifafibe, Bebedouro, 2013.

Bibliografia: f. 65

1. Argumentação. 2. Linguística textual. 3. Linguística.

I. Título.

GABRIEL BOCALETTI MORATO

MODELOS DE ORGANIZAÇÃO RETÓRICA
EM TEXTOS ESCOLARES DE OPINIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Centro Universitário Unifafibe como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Letras (Inglês e sua respectiva literatura).

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Guariglia

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador : Prof. Dr. Rinaldo Guariglia
Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro-SP

Membro Convidado: Prof. Ms. Hélio José dos Santos Souza
Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro-SP

RESUMO

Este trabalho monográfico concentra informações consideradas relevantes a serem dominadas pelos profissionais da educação que regem a disciplina de redação, principalmente. Além disso, ele foi desenvolvido para também ser utilizado como uma referência rápida para tais profissionais reverem conceitos ou para adquirir uma visão global sobre as questões estruturais relacionadas ao gênero dissertativo escolar. Primeiramente, são apresentados os conceitos básicos para contextualizar e introduzir o trabalho que será desenvolvido. Depois, são tratados conceitos como coesão e coerência, que são de extrema importância ao redigir um texto. No tópico 1.3, é descrito e explanado o gênero dissertativo escolar, tanto para tratar da sua organização, quanto para especificar o objeto da atenção deste trabalho. Por fim estão descritos os modelos argumentativos desenvolvidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Neste trabalho foram analisadas redações para reforçar a importância de inserir na estrutura da aula de redação e escrita o conteúdo da argumentação verbal em sua modalidade escrita. Esse conteúdo seria mais produtivamente explicado de forma explícita. Delas, foram extraídos e classificados os argumentos a fim de deixar claro como o ensino de tais modelos de forma mais explícita e estruturada nas escolas poderia ser benéfico para os autores das redações.

Palavras-chave: Argumentação. Texto Dissertativo Escolar. Linguística. Português.

ABSTRACT

This work concentrates relevant information to be mastered by education professionals that teach the discipline of writing, mostly. Furthermore, it was also designed to be used as a quick reference for such professionals, for them to be able to revise concepts or to get an overview of the structural issues related to the dissertative genre applied in school. Firstly the basic concepts to introduce and contextualize the work that will be developed are presented. Then, concepts such as cohesion and coherence, both extremely important when writing a text, are explained. Further, the dissertative genre applied in school is described and explained, both to talk about its organization, as to specify the object of attention of this dissertation. Finally, the argumentative models developed by Perelman and Olbrechts-Tyteca are listed and described. Essays were analyzed to highlight the real need to add in the class structure of the writing discipline the verbal written arguments in a way that is explicit. From the essays, the arguments were extracted and sorted in order to make clear how the teaching of such models more explicitly and structured in schools is beneficial to the authors of essays.

Keywords: Argumentation. Scholarly Dissertative Text. Linguistics. Portuguese.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1. APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS PERTINENTES À PESQUISA | 11 |
| 1.1 - Definição de campo. Conceitos de argumentação, retórica e texto argumentativo | 11 |
| 1.2 - Linguística Textual: coesão e coerência textuais | 14 |
| 1.2.1 - A Coesão Textual e os Operadores Lógicos | 14 |
| 1.2.2 - A Coerência Textual..... | 18 |
| 1.3 – Texto Argumentativo Escolar: recursos de argumentação linguísticos e não linguísticos | 24 |
| 1.4 - A Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca e a redação argumentativa escolar..... | 28 |
| 1.4.1 Os argumentos quase lógicos | 29 |
| 1.4.2 Os argumentos baseados na estrutura do real..... | 31 |
| 1.4.3 As ligações que fundamentam a estrutura do real | 33 |
| 2. ANÁLISE DO CÓRPUS..... | 35 |
| RESULTADOS | 63 |
| REFERÊNCIAS..... | 65 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico de pesquisa de campo, da área de Linguística Textual investigará os modelos e técnicas argumentativas aplicados em textos dissertativos escolares. Consideraremos como texto-base os recursos argumentativos expostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca na obra “Tratado da Argumentação: a nova retórica”. Utilizaremos redações opinativas de alunos de Ensino Médio. Assim, analisaremos quais recursos retóricos são empregados nesse gênero escolar.

O objetivo principal consiste em analisar modelos e técnicas retóricas encontradas em redações dissertativas escolares a fim de identificarmos quais são usados e justificar o uso deles. Assim, poder-se-á mostrar a importância de se trabalhar com os modelos em sala de aula, para melhor expressão de pensamentos no ato da produção da redação.

Os objetivos secundários são seis. O primeiro é relacionar os conceitos de coesão e coerência, retórica, e operadores linguísticos. Também comprovar a necessidade de se ensinarem recursos retóricos específicos aos estudantes para que possam desenvolver textos argumentativos mais enriquecidos, concisos e lógicos. Outro objetivo é identificar improbidades quanto à construção da argumentação. A identificação de tais incoerências argumentativas serve para tornar possível a elaboração de diagnósticos precisos para se melhorarem em tais construções mais produtivas, lógicas e adequadas. O quarto objetivo secundário é auxiliar a melhora da precisão gramatical dos alunos através do ensino aprofundado dos operadores argumentativos. E também ajudar o desenvolvimento do raciocínio lógico dos estudantes, já que a argumentação se baseia nele para ser válida e coerente. O último deles é estudar as propriedades linguísticas e a retórica do texto argumentativo escolar.

Escolhemos o tema da argumentação por se tratar de uma habilidade primordial para a vida em sociedade. É indiscutível a importância da comunicação de qualidade, ou seja, aquela que atinge seu objetivo de forma eficiente, e um importante elemento dela é a argumentação. A educação pode promover muitos benefícios para a sociedade brasileira, por isso este trabalho visa apontar uma forma de seu melhoramento, já que a aprendizagem está diretamente ligada ao pensamento, e este ao uso da língua. Neste trabalho, o foco é dado a textos dissertativos, mas seus benefícios são reconhecíveis multidisciplinarmente.

A escolha pela obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca se dá pelo fato de ela ser referência a várias obras que tratam da argumentação. É como se ela fosse a obra mãe desse

tema. Além do fato de sua completude transdisciplinar, pois, por exemplo, estudantes do curso de direito utilizam constantemente essa obra.

O texto opinativo é escolhido por ter justamente a argumentação como foco de sua produção. O grau de ensino dos autores escolhido é o terceiro ano do Ensino Médio e prova de ingresso ao ensino superior, ou seja, alunos que pretendem seguir a vida acadêmica, pois isso indica interesse em obter boa classificação e aprimorar o conhecimento. Dessa forma, é muito provável que os pretendentes ao ingresso se esforçaram ao máximo ao redigir suas redações, o que torna a análise das redações mais interessante pois mostra erros que não foram por mero descuido ou desleixo, mas um prejuízo de aprendizagem sobre a prática da escrita e da argumentação. O *cópus*, então, consiste de redações, o que faz desta obra um trabalho de campo.

Etapas de desenvolvimento da pesquisa e a metodologia empregada:

1. Leitura e fichamento da obra “Tratado de argumentação: a nova retórica”, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Esse livro é tido como referência conceituada sobre o tema da argumentação, por isso, ele recebe maior atenção na produção deste trabalho monográfico que tem o enfoque relacionado diretamente com o seu conteúdo;
2. Coletagem das redações que formam o *cópus*. O número de redações escolhidas é sete porque é considerado suficiente para embasar a tese levantada por este trabalho. O professor Dr. Rinaldo Guariglia obteve um grande número de redações produzidas, em 2004, no vestibular de ingresso da UNIFAFIBE, localizada em Bebedouro, São Paulo. Elas foram passadas a ele pela própria universidade. Na presença dele, eu pesquisei a grande quantidade de textos, selecionei sete deles, pedi fotocópias de cada uma das redações selecionadas e as mantive comigo. A identidade dos autores não foi em momento algum revelada ou discutida. Tal discricção é mantida no segundo capítulo, no qual acontece a análise delas. A escolha das redações teve como critério a tentativa de variar os tamanhos dos textos e as notas, para que haja variedade;
3. Análise do *cópus*. Foram utilizadas as técnicas de Perelman e Olbrechts-Tyteca como condição indispensável para a análise. Foram extraídos e transcritos os argumentos presentes nas redações para que sejam classificados segundo a teoria da argumentação desenvolvida pelos autores citados acima. Assim, ficará explícito o tipo de argumento mais frequentemente utilizado, o que poderá mostrar a escassez de recursos argumentativos dos alunos, mostrando a importância de se trabalhar os modelos argumentativos de forma explícita e objetiva durante as aulas de redação;
4. Obtenção dos resultados;

5. Redação da monografia.

No primeiro capítulo, estão os conceitos teóricos providos de leituras e reflexões sobre a literatura de argumentação. Primeiramente, são abordados os conceitos de argumentação, retórica e texto argumentativo, para que o campo de pesquisa seja definido e explicado. Em seguida, são apresentados os conceitos de coesão e coerência, também importante para um trabalho que se propõe a lidar com o texto escrito. Em terceiro lugar, os recursos argumentativos linguísticos e não linguísticos são apresentados. No fim deste capítulo, está a análise e relação entre a retórica descrita por Perelman e Olbrechts-Tyteca e a redação argumentativa escolar.

No segundo capítulo, serão analisadas as redações obtidas usando como base o conteúdo teórico do primeiro capítulo para que se aponte os exemplos argumentativos que serviram de base à afirmação de que é necessário explicitar durante as aulas os modelos retóricos para melhor elaboração do texto dissertativo.

1 – Apresentação de Conceitos Pertinentes à Pesquisa

1.1 - Definição de campo. Conceitos de argumentação, retórica e texto argumentativo

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.16), “[...] toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”.

Já que a argumentação tem como objetivo aderir espíritos, é consequência afirmar que para que ela aconteça é necessária à comunicação, a qual, obviamente, requer no mínimo um interlocutor e um receptor. A argumentação não é qualquer forma de comunicação, mas uma que serve como meio para fazer afirmações sucessivas que tem por objetivo colocar em consenso ambos integrantes do discurso por intenções subjetivas. Isso reforça porque Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.18) afirmam que a adesão é muito importante.

Se a argumentação é o meio pelo qual duas ou mais pessoas passam a comungar de uma mesma afirmação, para que se obtenha o consenso é preciso que haja um locutor querendo discutir (apresentar premissas) com alguém que pensa diferentemente em relação a um mesmo tópico e um interlocutor interessado e disposto a prestar atenção no que lhe é dito e processar conscientemente as novas informações.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.18), a argumentação pode ter como objetivo a convicção ou a persuasão. Para eles, o primeiro é voltado a um auditório universal, já o segundo, a um auditório específico.

Por auditório, entende-se como o alvo da argumentação, aquele a quem pretendemos argumentar. A convicção diz respeito ao provar para o interlocutor que o que se afirma pelo locutor é baseado em uma série de premissas que dão base à argumentação, tornando-a, se impossibilitada de refutação pela capacidade do ouvinte, aceita, como quando eu digo que alguém é culpado de um assalto e para provar eu mostro um vídeo comprovando, a convicção dos ouvintes é garantida caso as premissas sejam também comprovadas por serem verdadeiras. A persuasão já vai além da convicção e acontece quando o(s) interlocutor(s) exerce a ação que condiz a tal convencimento exercido por um locutor. Por exemplo, é possível persuadir uma criança a ir dormir, mas é menos provável conseguir o mesmo resultado com 30 crianças usando da mesma argumentação.

Neste trabalho monográfico, a palavra “retórica” é utilizada como sinônimo de argumentação. De acordo com Reboul (2004, p.13), a palavra “retórica” tem distintos sentidos. Para o senso comum, é uma forma falsa, artificial, de se falar; já para Perelman e Olbrechts-

Tyteca, é sinônimo de "arte de argumentar". Este último sentido é contraposto ao formulado por Morier, Genette, entre outros, que já a vê como um campo de estudo do estilo discursivo, focando nas figuras de linguagem. Além disso, é a definição de Perelman e Olbrechts-Tyteca que é utilizada no todo deste trabalho.

Ou seja, para os dois primeiros autores, retórica é a argumentação em si, o ato de relacionar ideias de forma sistemática e lógica; já para os autores da linha de Genette, ela é a forma de se aplicar a língua que classificaria o discurso como literário. Descartando-se a concepção provida do senso comum, nota-se que a concepção para os autores são bem distintas, pois em um primeiro momento tem-se “retórica” como “argumentação” em contraposição a um “estilo de escrita aprimorado”.

É necessário falar sobre o texto argumentativo e o dissertativo, pois este trabalho utilizará esses tipos de texto para a análise. De acordo com Emediato (2005, p.159), de forma geral, e ele aponta a instabilidade significativa do termo, o texto dissertativo difere do argumentativo por não ter a intenção de convencer o leitor, persuadir, mas de somente explicar um tema. Essa definição não é satisfatória, pois a única pessoa que pode garantir a intenção do texto é o autor.

Não é possível ler um texto no qual são colocadas afirmações que se relacionam de forma lógica buscando uma conclusão e defini-lo como dissertativo ou argumentativo através da tentativa de deduzir a intenção do autor de persuadir ou somente explicar. Também, o ato de explicar já implica uma argumentação, pois o autor precisa desenvolver o texto de uma forma lógica para não criar um amontoado de frases sem coerência. Portanto, neste trabalho, os termos “texto dissertativo” e “texto argumentativo” são intercambiáveis.

Sobre o texto dissertativo, ele “[...] tem um assunto-tema, expressa um determinado ponto de vista e uma certa fundamentação” (BARBOSA, 2002, p.85). Barbosa explica que o ato dissertativo, o qual ele afirma todos os seres humanos praticarem, nos torna “filósofos em potencial”.

Tal potencialidade filosófica é colocada à prova no momento em que um indivíduo se propõe a refletir mais profundamente sobre determinado assunto ou tema, formulando proposições referentes ao seu ponto de vista pessoal. Ao transcrever tais reflexões, tem-se o texto dissertativo.

Abreu aponta que “[...] o que identifica a natureza de um texto é a sua intencionalidade” (2002, p.63). O texto será argumentativo quando a intenção do autor for discutir algum assunto. Não é difícil perceber esse objetivo, pois lendo o texto, percebe-se uma sequência de afirmações que juntas suportam outra afirmação e assim por diante. Esse

tipo difere do narrativo e do descritivo, mas eles não se separam. Um texto pode ter os três tipos, mas um deles sempre se sobressai dependendo do que o autor quis expressar.

O texto dissertativo possui uma configuração lógica que secciona o texto em três partes que dialogam entre si: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Guariglia afirma que a introdução “[...] deve satisfazer duas funções básicas: exposição da temática recortada e a criação do conceito original” (1997, p.72). Para ilustrar essa afirmação, observe o seguinte trecho de uma redação. Essa redação foi muito bem classificada na prova do ENEM. Ela foi escolhida porque essa prova é bem conceituada no Brasil. Fica claro que o tema recortado é a leitura e o conceito original é como ela implica positivamente na nossa sociedade atual:

“Vivemos na era em que para nos inserir no mundo profissional devemos portar de boa formação e informação. Nada melhor para obtê-las do que sendo leitor assíduo, quem pratica a leitura está fazendo o mesmo com a consciência, o raciocínio e a visão crítica.” (CONHEÇA A REDAÇÃO NOTA 10 DO ENEM, acesso em: 15 março 2013).

A próxima etapa é o desenvolvimento, na qual o tema será elaborado através de exemplos, ilustrações, comparações, entre outros artifícios para formular justificativas para a tese que é afirmada na introdução. Esta é a continuação da redação dada como exemplo, observe como as afirmações são elencadas de forma a gerar um sentido de dependência entre elas:

“A leitura tem a capacidade de influenciar nosso modo de agir, pensar e falar. Com a sua prática frequente, tudo isso é expresso de forma clara e objetiva. Pessoas que não possuem esse hábito ficam presas a gestos e formas rudimentares de comunicação.

Isso tudo é comprovado por meio de pesquisas as quais revelam que, na maioria dos casos, pessoas com ativa participação no mundo das palavras possuem um bom acervo léxico e, por isso, entram mais fácil no mercado de trabalho ocupando cargos de diretoria.

Porém, conter um bom vocabulário não torna-se o único meio de vencer na vida. É preciso ler e compreender para poder opinar, criticar e modificar situações” (CONHEÇA A REDAÇÃO NOTA 10 DO ENEM, Acesso em: 15 março 2013).

Por fim, temos a conclusão, etapa na qual se retoma o tema e a tese de forma mais objetiva possível após ter mostrado os fatos que a suportam:

“Diante de tudo isso, sabe-se que o mundo da leitura pode transformar, enriquecer culturalmente e socialmente o ser humano. Não podemos compreender e sermos compreendidos sem sabermos utilizar a comunicação de forma correta e, portanto, torna-se indispensável a intimidade com a leitura” (CONHEÇA A REDAÇÃO NOTA 10 DO ENEM, Acesso em: 15 março 2013).

Essa organização é entre as ideias do texto, mas há outra, que é entre as orações. Esta é muito importante para a manutenção do sentido no texto argumentativo, pois as afirmações devem ser menos ambíguas quanto a linguagem permitir, como já foi discutido, para que haja a interpretação correta do que foi dito pelo autor. Tal estruturação se dá por meio dos operadores argumentativos, os quais são estruturas linguísticas que funcionam como uma ponte entre duas orações ou os operadores argumentativos não linguísticos. Ambos serão apresentados no tópico 1.3.

1.2 - Linguística Textual: coesão e coerência textuais

1.2.1 A Coesão Textual e os Operadores Lógicos

No ato da argumentação efetiva, existem elementos essenciais. A coesão é um deles. Fávero (2002, p.10) aponta que “A coesão, manifestada no nível microtextual, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos, estão ligados entre si dentro de uma sequência”.

A primeira informação é de que a coesão se manifesta em nível microtextual. Isso quer dizer que existe outro, o macrotextual. Esses termos metaforicamente indicam se a ligação é entre palavras, primeiro caso, ou entre sentidos, significados, ideias, segundo caso. Em seguida, tem-se o termo “sequência”, que implica um fluxo lógico, assim sendo, mais que uma palavra. A coesão trata justamente da forma como essas palavras se relacionam entre si. Se a relação obedece a lógica linguística e racional, então há coesão.

A coesão é importante para a elaboração da argumentação porque gera clareza e precisão, que são elementos presentes no objetivo de quem realmente quer expor alguma lógica. Caso a coesão não seja devidamente aplicada, vários mal-entendidos vão surgir, como por exemplo, a dona de uma fábrica escreve o seguinte comunicado a seu secretário: *Andei observando o comportamento de João e Pedro, e não gostei. Demita-o para mim, obrigada.* O pronome *-o* refere a João ou a Pedro? Não se sabe. Ou será que a chefe quis demitidos ambos? Transpondo essa situação para a argumentação, temos os mesmos tipos de problemas: falta de clareza, precisão e de informação.

A teórica linguística Fávero organizou o conceito de coesão em três diferentes classificações: referencial, recorrencial e sequencial *stricto sensu*. A primeira, segundo Fávero, trata de itens linguísticos que “[...] têm a função de estabelecer *referência*, isto é, não são

interpretados semanticamente por seu sentido próprio, [...]” (FÁVERO, 2002, p.26). Ou seja, esse tipo de referência é constituído por palavras que são dependentes do contexto do texto para que tenham significado. Para ilustrar, observe a palavra *ele*. Se eu a utilizo isoladamente, não há um significado. Mas se for inserida em um texto (tome as frases a seguir como retiradas de um texto): *Marcos não gostou da sopa. Ele disse que tinha gosto de detergente*, ela passa a ter significado, pois está representando a palavra *Marcos*, que já tem significado.

A coesão recorrencial, segundo Fávero (2002, p.26), acontece quando se repete um termo para poder acrescentar informações sobre o mesmo e assim manter o fluxo do discurso. Diferente da coesão referencial, esta não faz referência a um termo, mas repete o mesmo para gerar significados. Por exemplo, quando alguém diz *Está frio*, não se sabe se está muito frio, ou pouco frio. Através da coesão referencial, pode-se intensificar a noção de frio, passando a ideia de que a temperatura está muito baixa: *Está frio, frio, frio*. Não é uma repetição desnecessária e descartável, mas uma forma de dizer *Está muito frio*.

Por fim, a coesão sequencial. De acordo com Fávero (2002, p.33), esse tipo de coesão tem por objetivo fazer o texto progredir de forma lógica, pode acontecer por sequenciação temporal ou por conexão e difere da coesão referencial por não repetir termos. Sobre o primeiro tipo de sequenciação é o temporal. Ela é usada para “[...] indicar o tempo do ‘mundo real’” (FÁVERO, 2002, p.34). Ou seja, quando escrevemos um texto, não é lógico dizermos algo do tipo *Eu fui à festa amanhã*, já que o tempo verbal não condiz com o contexto. Mas dizer “Eu vou à festa amanhã e nadarei na piscina antes de ir embora”, já possui lógica por respeitar a questão do tempo.

Fávero cita em seu livro quatro tipos de contextos que envolvem a questão temporal da sequência textual (2002, p.34): ordenação linear dos elementos (errado: “Saiu, tomou banho e levantou”); expressões que assinalam a ordenação ou continuação das sequências temporais (exemplo: “*Primeiro* comi, *depois* vomitei”); partículas temporais (exemplo: “Venha *amanhã*”); correlação dos tempos verbais (exemplo: “*Ordenei* que *deixassem* a casa em ordem”).

O segundo tipo de sequenciação é a por conexão. Segundo Fávero (2002, p.35), o texto é formado por enunciados que ajudam na compreensão dos demais, mas que também tem certa independência de significado que é expressa por meio de operadores do tipo lógico, operadores discursivos e pausas. Os operadores lógicos estabelecem o tipo de relação entre enunciados criados pelo autor e os operadores discursivos estruturam por encadeamento tais enunciados para definir uma direção argumentativa.

Fávero explica seis tipos de operadores lógicos. O primeiro é o de disjunção, que “combina proposições por meio do conector *ou*, [...]” (FÁVERO, 2002, p.35). Em outras palavras, existe uma escolha a ser feita, e ela pode ser oferecida de forma que aquele que a recebe pode optar por mais de uma proposição, por exemplo, “Quer mussarela ou requeijão em seu pão?” e a pessoa responde “Quero os dois”. A pessoa se vê obrigada a escolher uma das alternativas: “Você vota em Júlio ou Marcos para síndico do prédio?”. No último exemplo, não é possível incluir as duas alternativas, deve-se optar por uma.

O segundo tipo de operadores lógicos é o de condicionalidade. É a interação entre proposições que “[...] mantêm entre si uma relação de dependência entre a antecedente e a consequente” (Ibid., p.36). Ou seja, quando se escreve duas proposições e elas tem uma relação de dependência estrita, uma precisa da outra para existir. Essa relação é criada por meio do “se”. Por exemplo: “Se eu não receber amanhã, não vou à festa”. O antecedente “Se eu não receber amanhã” precisa do consequente “[...] não vou à festa” para que haja sentido.

O terceiro tipo é o de causalidade. “Há relação de causalidade sempre que se verifica entre duas proposições A e B uma relação de causa e consequência” (Ibid., p.36). Ou seja, sempre que proposições tiverem a relação na qual uma delas implica uma causa e a outra uma consequência. Por exemplo: “Cantou tanto que ficou sem voz”, o motivo pelo qual o indivíduo perdeu a voz é que ele cantou demais; “Ande devagar porque minhas pernas doíam”, o motivo da pessoa ter andado diferente do normal é que ela sentia desconforto nas pernas, essa era a causa; “Misturou drogas e morreu”, a causa da morte desse indivíduo foi o ato de ter consumido várias drogas que havia misturado.

O quarto tipo é o de mediação. “As relações de mediação são expressas por duas proposições, uma das quais exprime o meio para se atingir um determinado fim” (Ibid., p.37). Ou seja, um dos enunciados exprime o meio pelo qual o sujeito chegou a um objetivo. Por exemplo: “Abaixei o volume do alto falante para ouvir o que meus vizinhos falavam sobre minha irmã”.

O quinto tipo é o de complementação. Fávero diz que esse tipo ocorre quando duas proposições são expostas, das quais uma é responsável por complementar o sentido de um termo da anterior (2002, p.38). Por exemplo, “Os alunos discutiram várias questões durante a aula, como o racismo”. A proposição “como o racismo” complementa o termo “questões” da proposição anterior: as questões eram sobre o quê?

O sexto tipo é o de restrição ou delimitação. Segundo Fávero, como o próprio nome sugere, é quando se tem duas proposições, e uma delas restringe ou delimita o significado de um termo da outra. Por exemplo, “Os rapazes que tiverem menos de 23 anos devem dar um

passo à frente”. A proposição “que tiverem menos de 23 anos” complementa o termo “rapazes”, pois aponta quais rapazes devem dar o passo à frente.

Em seguida, Fávero apresenta os quatro operadores do discurso. O primeiro deles é a conjunção, que segundo ela, “designa o tipo de conexão cujos conteúdos se adicionam: baseia-se na relação semântica de compatibilidade” (FÁVERO, 2002, p.39). Ou seja, esse operador discursivo aparece no meio textual para formar relações entre elementos (palavras e/ou orações) e tem importância semântica, ou seja, dizer “Eu e você vamos ao parque” exprime a relação de adição entre dois seres expressa pelo “Eu” e pelo “você”.

O segundo operador é a disjunção. Segundo Fávero, esse operador é expresso pelo “ou” e tem função de separar enunciados nos quais a orientação discursiva é diferente (2002, p.39). Por exemplo, “Faça um curso de culinária. Ou você se esqueceu do gosto do último bolo?”. Ou seja, esse operador é um pouco mais complexo porque lida com orientação discursiva, quer dizer, o rumo significativo das proposições. Na primeira, temos uma sugestão, já na segunda, uma causa para se dar aquela sugestão em primeiro lugar.

O terceiro operador é a contração. Fávero (2002, p.39) afirma que esse operador ocorre quando frases de sentidos opostos estão conectadas. Por exemplo, “Eu estava feliz, mas chorei”. Nessa frase há uma frustração: não se espera que quem esteja feliz chore. Presente na frase, está a contradição de significados.

O último operador é a explicação ou justificativa: “introduz-se uma explicação de um ato anteriormente realizado” (FÁVERO, 2002, p.40). Por exemplo, *Deve ter morrido, pois levou uma machadada*. Ou seja, o ato anteriormente cometido foi o de a pessoa em questão ter sido machadada por alguém, disso tira-se a justificativa de ela ter morrido.

É muito importante para a argumentação a clareza e a lógica. É indispensável, portanto, e como já foi comentado, o manuseio adequado da linguagem, por isso que esses tipos de coesão são de extrema importância, porque são os responsáveis pela clareza e objetividade do texto.

1.2.2 A Coerência Textual

O outro elemento é a coerência. Diferente da coesão, a coerência trata da relação de afirmações presentes no texto, que são estruturadas pelas palavras. Por isso ela é tida como manifestante macrotextual, pois ultrapassa o nível das palavras. As afirmações devem formar um sistema com uma configuração lógica. Portanto, se é afirmado que A é totalmente igual a B, perde a coerência dizer que A é absolutamente diferente de B. Como visto, caso não se mantenha a atenção com a coerência textual, o produto final, o texto, será contraditório e impossibilitará a compreensão desejada.

Segundo Fávero (2002, p.10):

A coerência por sua vez, manifestada em grande parte macrotextualmente, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações subjacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante. Assim a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos.

No ato de elaboração do texto dissertativo, a falta da coerência, geralmente, resulta na anulação do texto de um candidato ao vestibular, pois implica um erro lógico e cognitivo grave, no qual as aulas de redação deveriam aprimorar e elaborar com eficiência.

É importante inserir o apontamento da teórica Fávero para complementar o conceito de coerência. Segundo ela, diferente da coesão, que está no nível mais superficial, com o foco no concreto do texto, a coerência trata do processo cognitivo, e de como os sentidos colocados possuem continuidade. Em outras palavras, trata-se da relação de ideias presentes no texto e de sua sequência (2002, p.59).

Um texto coerente precisa gerar uma unidade. Kock e Travaglia discorrem que a coerência tem aspecto global (2004, p.53). Isso implica que os elementos que compõe um enunciado podem por si terem significados, mas quando juntos em uma unidade (frase, texto), o sentido resultante desrespeita a lógica. Por exemplo, *Depois de comer todo o bolo, eu dei um pedaço a meu irmão*. Cada palavra da frase possui significado(s). O mesmo acontece com as orações lidas isoladamente. Porém, quando unidas, o sentido não é lógico, pois se o bolo já foi comido por completo, não é possível dar um pedaço do mesmo a alguém.

A questão do entendimento do texto pelo receptor é chamada de *interpretabilidade*, que segundo Paulo (s.d., p.2) “[...] dependente da capacidade dos usuários de recuperar o

sentido do texto pelo qual interagem”. Além disso, essa capacidade varia dependendo do sujeito receptor e da situação, do contexto, em que o texto é apresentado (PAULO, s.d., p.2).

Além disso, outro conceito importante na coerência é a progressão temática. Emediato (2005, p.230) explica esse procedimento da seguinte forma. A hierarquia de informações nos textos é materializada por duas unidades comunicativas: o tema e o rema. O primeiro é a introdução do tópico, assunto, informação que será trabalhada. O segundo insere tal desenvolvimento, inserindo novas informações e observações. Nota-se assim mais uma vez que a coerência não é algo de existência isolada, mas sim uma unidade que depende como cada todo, de suas partes.

Koch (2006, p.121) complementa essa questão de progressão textual de forma a englobar tanto a coerência quanto a coesão. Em suas palavras:

A progressão textual (sequenciação) diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, à medida que se faz o texto progredir.

Em outras palavras, a progressão textual trata das formas pelas quais os elementos de formação textual (como parágrafos, por exemplo) se relacionam para gerar certos significados ou denotar intenções juntamente com o avanço do texto. Sua importância para a dissertação é alta, pois geralmente escrever uma linha apenas não é considerado um texto dissertativo, e já que é imprescindível escrever mais de uma frase, a progressão é necessária para promover a expressão e o entendimento.

Vale apontar que “[...] não existe texto incoerente em si, mas que o texto pode ser incoerente em/para determinada situação comunicativa” (KOCH; TRAVAGLIA, 2004, p.59). Isso quer dizer que é preciso especificar porque um texto é incoerente em determinada situação definida. Por exemplo, *O homem está grávido*, pode ser incoerente quando contextualizado em: pessoa do sexo masculino sem alterações genéticas incomuns e héteros. Mas não se pode dizer que é incoerente no contexto literário fantástico ou quando se especifica tratar de um homem transexual ou mesmo um método de implante de útero.

Para produzir textos escritos, é necessária capacidade linguística de uma forma de comunicação desenvolvida, uma linguagem. Um bom texto requer que seu escritor tenha organização mental não só da estrutura do texto, mas também de seu conteúdo, de suas ideias elencadas. A reflexão é, portanto, importante. Há uma ciência que estuda a reflexão humana que visa chegar o mais próximo possível da verdade, baseando-se em fatos: a lógica.

Em toda argumentação, é necessário usar a logicidade ou a faculdade de refletir logicamente sobre certo assunto. Segundo Barbosa (2002, p.110), não se chega a uma conclusão apenas por afirma-la, é preciso comprova-la por meio de outras afirmações que tendo sua veracidade, impossibilitam a incoerência da afirmação de conclusão. São essas afirmações que fundamentam a conclusão as premissas. Além disso, Barbosa (2002, p.112) afirma que se as premissas condizem com a realidade, com os fatos, cabe à análise da estrutura lógica do argumento, que pode ser válida ou não-válida.

Exemplificando o que foi relatado no parágrafo anterior, pode-se usar do seguinte exemplo para argumento válido: Todos os gatos são cachorros (premissa 1). Bob é um cachorro. Conseqüentemente, Bob é um gato (conclusão). A argumentação não condiz com os fatos da realidade, pois cachorro é um animal com características distintas das de um gato. Porém, a validade não é aplicada à questão de verdadeiro ou falso, mas sim de organização. A premissa 1 é tomada como verdade, a 2 também, a conclusão não poderia ser diferente, pois se fosse, a estrutura seria não-válida.

A argumentação possui uma estrutura elaborada por filósofos da antiguidade. São duas estruturas: a indução e a dedução. A dedução segundo Barbosa (2002, p.131-133) parte de uma afirmação geral para se afirmar algo específico. As premissas já carregam a característica de generalidade, basta comprovar que algo específico esteja dentro da generalização. Ou seja, quando alguém diz *Todos os homens são mentirosos. Mateus é um homem. Portanto, Mateus é mentiroso.*

Já a indução faz o caminho inverso da dedução. Barbosa (2002, p.133-135) afirma que ela chega a uma conclusão geral a partir de premissas de conteúdo particular, específico. Essa estrutura é utilizada por cientistas para formularem leis gerais sobre algo da natureza. Como exemplo, sabe-se que elemento 1 é um metal e conduz eletricidade. Os elementos 2, 3 e 4 também são metais e conduzem eletricidade. Por pensamento indutivo, chega-se a conclusão de que os metais conduzem energia elétrica.

Assim sendo, pode-se afirmar que a dedução parte de conhecimentos que um indivíduo já possui para uma conclusão de certa forma já esperada, não há novidade. Porém, o processo de indução é o que permite a descoberta de novas informações.

Koch e Travaglia organizam 11 fatores principais que colaboram com a coerência textual. O primeiro deles são os elementos linguísticos. Para que a coerência seja alcançada, é preciso fundamentar o texto com, além de argumentos, estruturas linguísticas ou não linguísticas (KOCH, TRAVAGLIA, 2004, p.71). No caso do texto escrito, as letras formam

fonemas, que formam palavras que vão se organizar logicamente para gerar significados interdependentes.

O segundo fator é o conhecimento de mundo. É difícil entender um texto que trata de um assunto do qual desconhecemos (Ibid., p.72). Ter conhecimento sobre determinado assunto antes de ler sobre ele é muito importante. Por exemplo, não seria produtivo uma pessoa, que não conhece nada da física, ler um artigo altamente complexo sobre essa matéria. Diferente de quando uma pessoa que estudou literatura por anos ler um livro sobre esse assunto, há conforto e entendimento geralmente muito maior, dependendo do quanto a pessoa sabe e pode apreender do texto em questão.

O próximo fator é o conhecimento compartilhado. “[...] é impossível que duas pessoas partilhem exatamente o mesmo conhecimento de mundo. É preciso [...] que produtor e receptor de um texto possuam, ao menos, uma boa parcela de conhecimentos comuns” (Ibid., p.77). Exemplificando, quando uma pessoa já possui algum conhecimento sobre ciência matemática, é menos improdutivo ler um texto que use de jargões técnicos ou que trate de informações que requerem conhecimentos prévios sem precisar expô-los.

O quarto fator é a inferência. Ela é a operação utilizada pelo receptor para estabelecer conexões entre os elementos do texto de forma que o se obtenha maior entendimento (Ibid., p.79). Ou seja, quando se lê um texto, implicitamente se faz relações entre as frases, orações, palavras, e somente assim consegue-se obter o mínimo de interpretação, já que ler-se um texto ignorando tal relação intertextual prejudicaria muito a compreensão.

O quinto é a contextualização. Esse fator ancora “[...] o texto em uma situação comunicativa determinada” (Ibid., p.81). Ou seja, é preciso inserir um contexto determinado para que se entenda melhor o texto. Essa necessidade fica muito clara, por exemplo, quando se escreve uma carta. Se um indivíduo vai viajar sem contar ao amigo e manda uma mensagem de texto assim: *Aqui está nevando muito hoje, queria que você estivesse aqui. Adoro este entardecer. Quer que mande passagens para você vir também?* O receptor não saberia que lugar é esse, nem mesmo se gostaria de ir para lá. Com certeza ele tentaria descobrir o contexto através de uma mensagem possivelmente como: *Onde você está?* ou também *De quem é este número diferente? Quem é você?*

O sexto fator é a situacionalidade. Ela pode ocorrer da situação para o texto ou o inverso. Na primeira forma: “[...] em que medida a situação comunicativa interfere na produção/recepção do texto [...]” (KOCH, TRAVAGLIA, 2004, p.84. Já do texto para a situação: “[...] o texto tem reflexos importantes sobre a situação comunicativa” (KOCH, TRAVAGLIA, 2004, p.85).

No primeiro tipo de situacionalidade, um contexto específico pode influenciar aquele que quer se comunicar e aquele que receberá a mensagem de forma bem distinta, como por exemplo, o vocabulário usado em um velório dificilmente incluirá léxico como “peixe-boi”, “alga” ou “xaxim”. Já no segundo é possível inferir que se o texto não condiz com aquele contexto, o nível de coerência dele é inferior comparado a um que condiz.

Outro fator é a informatividade, que segundo Koch e Travaglia (2004, p.86) diz respeito ao que o receptor espera do texto, quais suas expectativas. Por exemplo, imagine um texto com o título *Águas-vivas*. Mentalmente criamos várias ideias sobre o que o texto vai falar. Porém, se o texto frustra nossa expectativa pelo fato de não apresentar uma discussão ou mesmo uma descrição (que podem ser inclusive metafóricas, mas mesmo nesse caso é necessário criar a ligação entre título e conteúdo), o texto perde em nível de coerência.

O oitavo fator de coerência é a focalização. Ela “[...] tem a ver com a concentração dos usuários (produtor e receptor) em apenas uma parte do seu conhecimento, bem como a perspectiva [...]” (KOCH, TRAVAGLIA, 2004, p.88). Ou seja, não se pode abordar todo o conhecimento humano em um texto. É necessário delimitar radicalmente o conteúdo a ser discutido. Além disso, há de haver o cuidado em não se mostrar com mais de uma perspectiva sobre o assunto escolhido, como por exemplo, falar que as águas vivas são prejudiciais aos animais marinhos ao mesmo tempo em que se afirma indiretamente que elas não causam mal algum.

O nono dos fatores é a intertextualidade. Quando um sujeito produz ou recebe um texto, ele precisa usar de conhecimentos prévios que foram obtidos em outros textos já lidos (Ibid., p.92). Nossos conhecimentos prévios influenciam no processamento de textos.

O penúltimo fator são a intencionalidade e aceitabilidade. São dois fatores que formam uma contraparte um do outro. O primeiro, a intencionalidade, é o “[...] modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, [...]” (Ibid., p.97). Assim sendo, dependendo de qual é o objetivo do emissor, ele usará a linguagem de uma forma específica, como a amiga que pede para outra emprestar uma maquiagem nova falando bem carinhosamente, usando palavras de afeto, sorrindo. Já a aceitabilidade envolve a questão da cooperação, pois não basta um texto existir sem que haja quem decida fazer o esforço de tentar interpretá-lo (KOCH, TRAVAGLIA, 2004, p.98).

Os últimos fatores são a consistência e relevância. Segundo Koch e Travaglia, a consistência diz respeito à relação de sentido entre os enunciados de um texto, o que envolve não contradizer-se. Já a relevância pressupõe que os enunciados sejam importantes para o tópico determinado (Ibid., p.99).

A seguir está a transcrição da redação “RED2”, que está presente no segundo capítulo deste trabalho:

“(1) No Brasil, a maioria penal é de dezoito anos, mas um jovem de dezesseis anos pode votar e “decidir” o futuro de mais de cento e cinquenta milhões de habitantes, colocando no poder políticos que em sua maioria são corruptos. (2) É necessário que reavaliemos nossos conceitos; e promovermos mudanças radicais, não só no Estatuto da criança e do adolescente, mas também em nossas próprias vidas. (3) Para que isso aconteça é necessário que políticos sensatos estejam no poder, e apostem na educação de nossos jovens, diminuindo assim o acontecimento destes crimes bárbaros e conseqüentemente melhorando as condições de vida em nosso país. (4) A educação, é a base para formação de nossos jovens e crianças, e em um país onde os investimentos nesta área é bastante modesto, devemos esperar que a família esteja sempre presente em suas vidas, e os próprios jovens adquiram personalidade e responsabilidade. (5) A educação social também é um fato importante na formação dos jovens, mas as desigualdades e a própria dependência da maioria desses adolescentes de seus pais, torna-se quase impossível a formação de um jovem responsável, então precisamos mudar. (6) Enfim, esperamos que as autoridades tomem consciência e diminuam a maioria penal de dezoito para dezesseis anos, pois jovens com futuro promissor como os nossos pensariam duas vezes antes de cometer tais crueldades”.

No texto há vários exemplos de coesão, a começar pela referencial, que ocorre na seguinte passagem: “Para que isso aconteça [...]” (RED2). O *isso* está substituindo: “[...] promovermos mudanças radicais, não só no Estatuto da criança e do adolescente, mas também em nossas próprias vidas”. Dessa forma, não é necessária a repetição de toda a frase.

Já este é um exemplo de coesão sequencial temporal: “[...] esperamos que as autoridades tomem consciência e diminuam a maioria penal de dezoito para dezesseis anos [...]” (RED2). O tempo verbal utilizado é adequado porque espera-se por uma situação que ainda não é realidade. Noção que poderia ser invertida apenas pela alteração da conjugação do verbo *esperar* por *esperávamos*, gerando assim o sentido de que atualmente o fenômeno desejado já aconteceu.

O operador lógico presente é o de mediação: “Para que isso aconteça [...]” (RED2), o *para que* exprime a ideia de meio para se atingir certa finalidade.

Quanto a coerência, o texto não apresenta contradições, ou seja, duas afirmações que se negam e que conseqüentemente não podem coexistir. Isso acrescenta a coerência do texto e contribui para a sua qualidade. O tema e o rema são bem estabelecidos. Inicialmente, o autor explicita que a maioria penal no Brasil é de 18 anos. A partir dessa afirmação, que é o

tema, ou assunto principal do qual o texto se propõe a tratar, o autor trabalha o rema, ou seja, as problematizações desse fato, sugestões e implicações.

1.3 – Texto Argumentativo Escolar: recursos de argumentação linguísticos e não linguísticos

Este trabalho tem como foco o texto dissertativo escolar. É importante defini-lo e contrapô-lo a outros gêneros textuais mais próximos: o narrativo e o descritivo. Além de refletir se eles não se misturam em uma única produção. De acordo com Koch (2006, p.53), o gênero textual é a forma que um texto é disposto e da sua respectiva forma de ser interpretado. A competência textual de um falante permite que ele observe que característica predomina mais em um texto (narrativa, descritiva, ou argumentativa). Esse conhecimento é indutivo no sentido que se aprende a identificar o gênero de um texto através da exposição a diferentes gêneros textuais.

O gênero narrativo é aquele no qual a narração de um fato predomina. O descritivo tem a predominância de uma caracterização, descrição. O argumentativo prioriza o estabelecimento de uma argumentação mais explícita. O gênero argumentativo escolar tem por objetivo testar a capacidade argumentativa e linguística dos alunos. Sendo assim, é relevante ensinar estruturas argumentativas que possam ser aplicadas no texto e auxiliar o desenvolvimento crítico do aluno. Vale ressaltar que os gêneros podem sempre se misturar e mudar conforme o tempo ou cultura. Em uma narrativa, é possível ter a argumentação e a descrição também, e geralmente é o que acontece. É possível que durante uma argumentação, conte-se uma pequena narrativa para ilustrar um ponto específico.

O texto argumentativo escolar possui uma configuração específica aceita. Ela será apontada a seguir, mas antes é necessário apontar que há uma polêmica a seu respeito, pois o pensamento humano não é uniforme. Usa-se de várias estratégias cognitivas, como a memória. Uma única organização não é capaz de incluir todas as formas possíveis de dissertar. Porém, já que o objetivo desse gênero textual é a avaliação, pode-se considerar coerente uma organização fixa que facilita a correção ou a uniformidade de se colocar a argumentação, o que é cômodo.

A organização estabelecida “[...] é caracterizada pela ordenação lógica em tese anterior (premissa ou introdução), justificativa por argumentos (desenvolvimento/contrargumentação) e tese posterior (conclusão), obrigando o sujeito a organizar uma textualização dedutiva e predominantemente temática, ou seja, opinativa” (GUARÍGLIA, 1997, p.51).

Em outras palavras, a forma que o texto dissertativo escolar é geralmente organizado tem início com uma introdução, onde a afirmação principal é apresentada. Em seguida, são ordenados argumentos que visam validar a afirmação previamente inserida na introdução, esta parte é às vezes chamada metaforicamente de “recheio” (já que se assemelha a uma receita de bolo, na qual a ordem das ações é sempre a mesma), já que está entre a introdução e a conclusão. Esta última envolve a retomada das premissas de forma sucinta, tem um viés opinativo, ou seja, carrega a opinião do autor (geralmente) e é dedutiva, ou seja, parte da reflexão sobre o geral e chega ao particular, como por exemplo, da ideia de ser errado matar se deduz que Carlos ter matado André é errado.

Já que o enfoque deste trabalho é a argumentação no texto escrito, é importante apontar recursos ou operadores linguísticos e não linguísticos para tal. Primeiramente, será apresentado o recurso linguístico.

Abreu (2002) expõe em seu livro cinco tipos de ligações por meio de tais operadores. A primeira é a articulação sintática de oposição, que “[...] faz um encaminhamento argumentativo contrário ao da oração anterior, frustrando, assim, a expectativa do destinatário” (ABREU, 2002, p.24). Ela une duas orações que pertencem à mesma frase, porém ambas tem valores significativos lógicos diferentes. Por exemplo, se alguém diz “eu estudei muito para a prova”, quem lê espera um acontecimento coerente, como ter tirado uma nota boa. Esses operadores fazem o contrário, introduzem uma oração com sentido negativo, não esperado, como exemplo: “Eu comi 16 sanduíches, mas não passei mal”. Alguns articuladores desse tipo são: mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, embora, ainda que, conquanto, posto que.

O segundo tipo de articulação é de causa. Que ocorre para introduzir uma oração que dê um motivo para a oração anterior ter acontecido. Por exemplo: “Não fui ao seu aniversário porque eu estava em Acapulco”. As conjunções geralmente utilizadas são: porque, pois, isso que, já que, visto que, por motivo de, por razões de, por, por causa de, em vista de.

Em seguida, temos a articulação sintática de condição. Ela acontece quando uma oração indica a ideia de que algo tem de acontecer para uma consequência também ocorrer. Por exemplo: “Se você não morrer, poderá ficar rico depois da guerra”. Algumas conjunções usualmente utilizadas são: se, caso, contanto que, desde que, a menos que.

A quarta articulação é a de fim. É utilizada para estabelecer uma relação de objetivo entre as orações. Certa ação foi feita para alcançar um resultado específico, como exemplo: “Malho para melhorar minha saúde”.

O último tipo de articulação sintática é o de conclusão. Algumas conjunções utilizadas para esse efeito são: logo, portanto, assim, por isso, de modo que. Um exemplo dessa construção é: “Meu pai vendeu o carro, portanto, não poderá me levar ao trabalho mais”.

Os operadores argumentativos não linguísticos são transmitidos a partir do texto, mas estão mais ligados aos processos cognitivos, como a reflexão. Charaudeau (1992 apud EMEDIATO, 2005, p.160) aponta a estrutura essencial para que a argumentação que visa à persuasão aconteça: uma afirmação sobre o mundo relevante e contestável, um quadro de problematização onde é colocada a perspectiva argumentativa do sujeito, um sujeito produtor, e um sujeito interessado pelo questionamento da verdade apontada.

Dessa forma, é imprescindível que um sujeito qualquer tenha uma reflexão sobre o mundo e queira discorrer sobre ela, também é necessário outro sujeito no mínimo disposto a refletir sobre a afirmação apresentada a fim de concordar ou contestar, este sujeito seria o alvo da argumentação.

Emediato (2005, p.161-163) apresenta uma formulação mais elaborada partindo da afirmação que a estrutura básica do discurso argumentativo pressupõe posições contrárias. Tal formulação apresenta uma afirmação, que tem seus termos essenciais explicados, na tentativa de tornar a comunicação menos ambígua; um posicionamento, que pode ser totalmente de totalmente ou parcialmente de acordo, ou completamente ou parcialmente em discordância; um quadro de problematização, onde o sujeito insere sua perspectiva, que pode ser social, religiosa, moral etc.; a formulação dos argumentos; conclusão, que é a dedução ou inferência que se objetiva.

O sujeito que argumenta pode estar interessado tanto em manter o rigor lógico para alcançar uma afirmação verossímil como em simplesmente ganhar influência sobre outras pessoas ao fazê-las compartilhar de uma mesma ideia, que pode até mesmo ser eticamente corrupta. Nesse sentido, Emediato formula dois eixos fundamentais para definir o discurso de argumentação: a demonstrativa e a retórica.

A argumentação demonstrativa usa da lógica de forma explícita para convencer alguém da qualidade verossímil de certa afirmação. Ela tenta apontar uma verdade da conclusão pela verdade das premissas (EMEDIATO, 2005, p.165). Já a retórica, se preocupa principalmente em persuadir, nela, tenta-se colocar um acordo entre as premissas e a conclusão (Ibid., p.167).

Em outras palavras, a diferença entre os dois eixos é que o segundo prioriza a adesão do auditório, com isso, pode nem sempre estar comprometido com a lógica, mas com estratégias de convencimento que envolvam sentimentos, por exemplo, a fim de manipular os

outros. Já o primeiro, tem maior interesse em manter o rigor crítico, há a preocupação de provar a verdade de cada premissa. Um exemplo do eixo retórico é o discurso de alguns líderes religiosos que usam discursos falaciosos buscando a adesão de várias pessoas e, como consequência, lucram mais em suas empresas religiosas.

Utilizando a transcrição da redação “RED2”, que está presente no segundo capítulo, Pode-se exemplificar as questões abordadas neste segundo tópico sobre a organização do texto dissertativo:

A redação tem início com o autor introduzindo o que será falado no decorrer do texto e colocando sua posição: “(1) No Brasil, a maioria penal é de dezoito anos, mas um jovem de dezesseis anos pode votar e “decidir” o futuro de mais de cento e cinquenta milhões de habitantes, colocando no poder políticos que em sua maioria são corruptos” (RED2).

Em seguida, são elencadas as discussões e os argumentos para fundamentar o ponto de vista adotado: “(2) É necessário que reavaliemos nossos conceitos; e promovermos mudanças radicais, não só no Estatuto da criança e do adolescente, mas também em nossas próprias vidas. (3) Para que isso aconteça é necessário que políticos sensatos estejam no poder, e apostem na educação de nossos jovens, diminuindo assim o acontecimento destes crimes bárbaros e consequentemente melhorando as condições de vida em nosso país. (4) A educação, é a base para formação de nossos jovens e crianças, e em um país onde os investimentos nesta área é bastante modesto, devemos esperar que a família esteja sempre presente em suas vidas, e os próprios jovens adquiram personalidade e responsabilidade. (5) A educação social também é um fato importante na formação dos jovens, mas as desigualdades e a própria dependência da maioria desses adolescentes de seus pais, torna-se quase impossível a formação de um jovem responsável, então precisamos mudar” (RED2).

No final, demarcado por *Enfim*, é inserida a conclusão do texto: “(6) Enfim, esperamos que as autoridades tomem consciência e diminuam a maioria penal de dezoito para dezesseis anos, pois jovens com futuro promissor como os nossos pensariam duas vezes antes de cometer tais crueldades” (RED2).

1.4 - A Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca e a redação argumentativa escolar

Quando alguém argumenta, pode nem sempre estar explícito que o enunciado está assim fazendo. Quando alguém diz *Quero a marca X de carro*. O que pode estar por trás dessa mensagem: no comercial da marca, dizia ser a melhor; somente essa marca vende as cores que gosto; algum amigo disse que a marca é excelente; é uma das marcas que mais denotam status social; etc. Por trás de uma simples afirmação, podem estar embutidos vários motivos que provavelmente somente o emissor os conhece, talvez nem mesmo ele.

Mesmo assim, não é difícil saber que aquela frase é resultado de uma argumentação. *Meu amigo me disse que essa marca é a melhor; eu quero o melhor produto do mercado, logo, eu quero o carro da marca X*. Não é difícil perceber certo padrão, o qual toda argumentação usa: ideias ou fatos que se relacionam logicamente e geram outra ideia ou fato. Os processos pelo qual isso se dá são dois: ligação e dissociação.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.215), os processos de ligação são:

[...] esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro.

Já os processos de dissociação, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.215), são:

[...] técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento.

No primeiro processo, aponta-se o que faz o elemento A ter relação com o elemento B. Como por exemplo, pode-se afirmar que jogar lixo no chão (elemento A) contribui para o aquecimento global (elemento B). No outro processo, expõe-se a falta de ligação entre elementos, como por exemplo: jogar lixo no chão (elemento A) não contribui para o aquecimento global (elemento B). Cabe ao emissor formular a argumentação que comprova a ligação ou a dissociação.

Existem três tipos de argumentos: os quase lógicos, os baseados na estrutura do real e os que fundam a estrutura do real. O primeiro deles é o que será exposto a seguir.

1.4.1 Os argumentos quase lógicos

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, os argumentos quase lógicos:

[...] pretendem certa força de convicção, na medida em que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. No entanto, quem os submete à análise logo percebe as diferenças entre essas argumentações e as demonstrações formais, pois apenas um esforço de redução ou de precisão, de natureza não-formal, permite dar a tais argumentos uma aparência demonstrativa; é por essa razão que os qualificamos de quase-lógicos.

Esses argumentos se baseiam na estrutura das argumentações formais, geram certo entendimento de quem os ouve, porém, ao observá-los mais atentamente, apresentam falhas que a linguagem natural trás para a argumentação: a pluralidade de interpretações. Diferente da linguagem formal, unívoca, o que é altamente precioso no ato da argumentação. Entenda *linguagem formal* pelo sistema de argumentação lógico matemático, no qual são usados símbolos que representam proposições, e *linguagem natural* como a comunicação linguística.

O emissor do discurso argumentativo pode cometer falhas, como a “incompatibilidade”. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.221) o qualificam como:

A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e sua negação, ao tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e com isso, inutilizável.

Se durante a argumentação, o indivíduo disser que a proposição A é verdadeira somente se a B for falsa, não pode afirmar validade caso se prove que a A não é verdadeira e a B o é. Exemplificando, *Se Martha não gosta de flores azuis. E estas flores que tenho são azuis. Ela vai gostar delas.* Há incompatibilidade nessa afirmação, pois Martha não gosta de flores azuis. A escolha do termo *incompatibilidade* é feita por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Eles propõem usar esse termo quando se fala de argumentações que usem a linguagem não formal, e *contradição* ao usar a linguagem formal.

Ainda sobre os argumentos quase lógicos, existem várias técnicas argumentativas que serão apresentadas em seguida. A primeira, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.238), é a identificação de elementos objetos do discurso e que precisa ser argumentada, já que sua definição não seria pura.

O ridículo também é usado na argumentação. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.233), “Uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificação, com

uma opinião aceita”. Assim, quando um orador quer, por exemplo, diminuir a adesão do auditório sobre teses apresentadas por um adversário que cometeu uma falha lógica e não percebeu, pode apontar essa falha lógica e mostrar o erro e a ausência de uma relação entre as proposições ou mesmo uma incompatibilidade.

As palavras utilizadas na argumentação nem sempre possuem um consenso social de significado único. A palavra *homem*, por exemplo, na frase *Todo homem é livre* tem significado diferente da frase *Eu sou um homem chato*. Já que a clareza e a precisão são importantíssimas quando realmente se quer argumentar, o ato de avisar qual o significado de algum termo que possa causar dúvida é essencial. Além disso, essas definições podem se tornar ainda outras argumentações que servirão de suporte à principal, como exemplo, argumentar o significado de *professor* para provar a importância do respeito entre esse profissional e os estudantes.

Existe também a analiticidade, que é quando se afirma que duas expressões são sinônimas. "Vê-se imediatamente que se, admitindo-se a igualdade de duas expressões, quisermos conceber por juízo analítico um juízo que permita substituí-las [...]" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.243).

Se eu afirmo que o ato de matar tem o mesmo valor que o ato de estuprar, por exemplo, ambas as ações deveriam ser punidas da mesma forma, já que seriam ideias intercambiáveis. Equacionando: matar = estuprar.

Outro subtipo de argumento é o de justiça. Trata-se de aplicar um tratamento a situações ou seres que são de uma mesma categoria. Por pertencerem à mesma categoria, o tratamento deve ser uniforme. (Ibid., p.248).

Um exemplo da aplicação da regra de justiça seria o seguinte exemplo: o pai de três filhos comprou um carro novo para dois deles quando os mesmos atingiram a maior idade, porém, para o terceiro, o pai não deu nada quando ele fez 18 anos. O rapaz pode usar a lógica da justiça e expor para o pai que se os outros irmãos ganharam um carro, ele deveria ganhar um também. A diferença é sutil quanto aos argumentos analíticos, pois enquanto eles são intercambiáveis, os de justiça não são, mesmo pertencendo à mesma categoria.

Também há o argumento de reciprocidade. A reciprocidade é processo pelo qual se estabelece um tratamento idêntico para duas situações simétricas. Verifica-se a reciprocidade somente se mesmo a proposição inversa da mesma situação ser verdadeira (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.250). "Se não é errado vender certo produto, também não é errado compra-lo".

Outro subtipo argumentativo é o de transitividade. Que é a propriedade de assegurar igualdade, superioridade, inclusão ou ascendência entre dois elementos com um terceiro. (Ibid., 257). *Eu sou irmão de Lucas; Lucas é irmão de Luís. Logo, eu sou irmão de Luiz.* Porém, é necessário levar em conta qual é a concepção que o emissor tem da palavra *irmão*, por isso é um argumento quase lógico.

A inclusão da parte no todo é um subtipo de argumento quase lógico também. Trata-se de argumentos que confrontam "[...] o todo com uma de suas partes, não atribuem nenhuma qualidade particular nem a certas partes, nem ao conjunto [...]" (Ibid., p.262). Tudo aquilo que se aplicar ao todo, também deve se aplicar às partes.

A divisão do todo em suas partes é outro subtipo de argumento. "A concepção do todo como a soma de suas partes serve de fundamento para uma série de argumentos que podemos qualificar de argumentos de divisão ou de partição [...]" (Ibid., p.265).

O penúltimo subtipo de argumentos é o de comparação. Eles acontecem quando no discurso são apresentados objetos e avaliam-nos um em relação ao outro. (Ibid., p.274). Como por exemplo, esta afirmação: *Matar é pior que roubar.*

O último é o do sacrifício: quando se afirma estar disposto a sacrificar-se para obter certo resultado desejado (Ibid, p.281). E também tenta-se provar o valor daquilo pelo qual se pretende cometer o sacrifício (Ibid, p.282). *Você precisa estudar para passar de ano.*

1.4.2 Os argumentos baseados na estrutura do real

Os argumentos baseados na estrutura do real visam "[...] estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.297). Ou seja, esses argumentos procuram criar uma ligação entre fatos. Existem dois tipos de ligação. O primeiro é a de sucessão. Como o próprio nome sugere, procura-se uma generalização acerca de eventos que ocorreram em cadeia. Por exemplo: *Ele fumou e depois morreu. Ele só pode ter morrido pelo cigarro!* Nessa afirmação tem uma sucessão de eventos, mas não necessariamente uma lógica válida. Essa ligação implica causa e efeito, ou meios e fins.

Dentre esse tipo de ligação, existem alguns subtipos que serão apontados a seguir. O primeiro é o vínculo causal. Esse tipo de ligação pode engendrar três tipos de argumentação. O primeiro é aquelas que pretendem ligar dois eventos em uma relação de causa e efeito, como no exemplo do fumante dado no parágrafo anterior. O segundo trata de descobrir uma

causa para determinar um acontecimento. E o terceiro que visa apontar a consequência de um evento. (Ibid, p.299-300).

Outro subtipo é o pragmático. Ele acontece quando se mostra um fato como positivo ou negativo levando em conta as causas do mesmo ou o inverso (Ibid, 302-303).

Em seguida, temos os de desperdício. Esse tipo de argumento, mesmo lidando com uma sequência de eventos, não prioriza a causalidade (Ibid, p.317). Ou seja, se eu estou estudando japonês há dois anos, não seria interessante parar de estudar, afinal já dediquei muito tempo a essa atividade. Porém, o argumento não considera o motivo. No exemplo dado, o estudante pode ter percebido que aprender cerca de 2000 pictogramas é uma tarefa que nunca acaba.

O próximo subtipo é o argumento de direção, que trata da questão de etapas realizadas para se alcançar um objetivo. "[...] é possível decompor a busca de um fim em várias etapas e analisar a maneira pela qual a situação se transforma" (Ibid, p.321). Já que existem várias formas de alcançar o mesmo objetivo, é possível fragmentar as etapas que direcionam as nossas ações ou premissas a tais conclusões. Por exemplo, em um jogo de futebol, o jogador que está longe do gol do adversário pode decidir chutar a bola diretamente ao gol, ou ir driblando cada oponente, de forma processual, até que chegue perto o suficiente da trave inimiga e marque o gol.

Outro subtipo é a superação, que de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.327), é a ideia de que no argumento de direção, sempre é possível progredir para além do objetivo que já havia sido alcançado.

O segundo tipo de ligação dos argumentos que se baseiam na estrutura do real é a de coexistência. Conforme mostrado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.333), essa ligação se diferencia da de sucessão pelo fato de seus elementos serem de realidades de níveis distintos, um deles é mais explicativo que o outro. Assim sendo, pode-se através dessa ligação, ligar as ações de um indivíduo ao seu caráter em uma relação de causalidade, por exemplo, *Márcio ofende a mãe todo dia. Ele não é uma pessoa decente.*

Um dos subtipos dessa ligação é o argumento de autoridade. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.347), há argumentos que têm força de convicção pelo simples fato de serem ditos por alguém que é conhecido pelo auditório como conhecedor do assunto. Em outras palavras, é mais provável que se acredite em um professor universitário de biologia sobre um argumento que envolva a genética do que em um aluno de ensino médio. Contudo, o aluno pode ser o correto, não é essa a questão, mas sim, a probabilidade de adesão ao argumento.

1.4.3 As ligações que fundamentam a estrutura do real

São dois tipos de ligações que ocorrem nesses tipos de argumentos. O primeiro é o fundamento pelo caso particular. Os subtipos dessa argumentação vão estabelecer uma generalização; ilustrar e/ou apontar um modelo. O primeiro deles, o exemplo, é "[...], quando são evocados fenômenos particulares uns em seguida dos outros, mormente se oferecem alguma similitude [...]" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.400). O exemplo deve estar integrado com o contexto da comunicação. Se de repente alguém diz *A chuva!*, não passa de uma informação. Mas se essa mesma frase é dita após se perguntar *O que pode ser ácido?*, por exemplo, já é considerada um exemplo.

O segundo subtipo é a ilustração, que de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.407), trata de reforçar que uma regra estabelecida seja aderida e é contestável, diferente do exemplo, que prioriza fundamentar a regra e não deve ser contestável. Um exemplo de ilustração: quando alguém diz que a cor branca deveria ser a única cor de roupas, já que carros brancos esquentam menos, a pomba branca remete à paz, a união de todas as cores forma o branco e ter dentes brancos é sinônimo de saúde. Como se vê, a ilustração é contestável.

O terceiro e último subtipo é o modelo e antimitelo. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.413), o exemplo ou a ilustração podem ser usados também para estimular uma ação condizente. A imitação de uma conduta pode não ser espontânea, mas pode ser induzida através do modelo. Porém, enquanto o modelo pode promover condutas, o antimitelo pode dissuadir a adota-las (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.400).

O modelo é quando se faz referência a alguém de prestígio e apontando uma conduta específica, esse alguém pode ser tanto real quanto imaginário, o que importa são as atribuições dadas a ele. Por exemplo, pode-se argumentar que o Papai Noel presenteia as crianças boas, então os pais não deveriam presentear as crianças que não se comportam. Já o antimitelo gera uma aversão a certa atitude. Como exemplo, um pai pode dizer ao filho o que houve com um amigo de infância que consumiu muito álcool. O filho, por não querer o mesmo fim e imagem do rapaz dado como exemplo, vai provavelmente deixar de consumir o álcool (espera-se).

O segundo tipo de ligação é o raciocínio por analogia, que, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.423-325), é a apresentação implícita de semelhanças entre situações, fatos. Ela visa estabelecer uma aproximação que não é perfeita, mas inferior. Há duas estruturas que devem ser de áreas diferentes: tema e foro. O tema é a parte da analogia

que tem a conclusão, o foro é a parte que é comparada. A relação é estabelecida pelo discurso. Não se trata apenas de uma semelhança, mas de uma semelhança de relação.

Em outras palavras, a analogia tenta aproximar afirmações de áreas da realidade diferentes. Busca-se não mostrar a semelhança, mas a semelhança de relação, por isso precisa-se de uma situação. Por exemplo, *Assim como o sol brilha no céu, meu amor por você resplandece*. Foi feita a aproximação da situação do sol estar brilhando no céu, que é algo duradouro, com os sentimentos que um sujeito sente por outro, que também é duradouro. O tema é a conclusão da analogia, no caso do exemplo dado é *meu amor* e *resplandece*, já o foro é *sol* e *brilha*, pois são os termos relacionados: *sol* está para *amor* e *brilha* para *resplandece* (metáfora para algo existente, contínuo e forte).

2. Análise do Córpus

Neste capítulo, serão expostos os sete textos argumentativos escolares selecionados para o córpus. A seguir, estão os títulos das sete redações analisadas e as notas atribuídas a elas:

REDAÇÃO 1 – RED1 – “Maior ou Menor Idade?” – nota 8,0

REDAÇÃO 2 – RED2 – Não há título – nota 7,0

REDAÇÃO 3 – RED3 – “Maioridade Penal – Dezoito ou Dezesesseis Anos?” – nota 6,5

REDAÇÃO 4 – RED4 – “O Problema Não é Esse” – nota 5,5

REDAÇÃO 5 – RED5 – Não há título – nota 5,0

REDAÇÃO 6 – RED6 – “Basta! Já é Hora de Mudar” – nota 7,0

REDAÇÃO 7 – RED7 – Não há título – nota 1,5

O objetivo desta análise é expor os modelos argumentativos mais recorrentes nas dissertações selecionadas, apontar o que pode ser melhorado para obter melhor nível de argumentação, aumentando a probabilidade de uma melhor nota, e assim mostrar a importância de se ensinar explicitamente tais modelos em sala de aula. Esta foi a proposta das redações a serem analisadas:

“TEMA – EXAME DE REDAÇÃO – FACULDADES INTEGRADAS FAFIBE – SEGUNDO PROCESSO SELETIVO – 1/2/2004

TEXTO-PROPOSTA

Muito se discute atualmente a diminuição da maioridade penal dos atuais dezoito anos para dezesseis, devido a ocorrências graves envolvendo menores de idade, em que eles são autores de crimes bárbaros. Pode-se citar o recente episódio em São Paulo, no qual um casal de namorados foi morto por menores quando ocupavam uma casa em uma fazenda. O crime chocou pelos resquícios de crueldade inimagináveis.

O assunto é muito polêmico. As pessoas que defendem a responsabilidade pelos atos a partir dos dezesseis anos argumentam que o jovem, nesta idade, já sabe exatamente o que está cometendo; além disso, a medida seria uma forma de conter a escalada da violência. Aqueles

que defendem a manutenção da maioridade penal a partir dos dezoito anos justificam, entre outros argumentos, que, além de inconstitucional, a proposta é desnecessária, pois bastam algumas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente para que se atinja um estágio em que se conteriam os atos de violência envolvendo menores’.

Escreva sua redação posicionando-se em relação à polêmica. Exponha seu ponto de vista e defenda-o.”

A partir da próxima página, serão apresentadas as sete redações selecionadas para serem analisadas. As cópias são originais das redações da análise; em seguida, será apresentada a transcrição do texto que traz enumeração de parágrafos, e após será proporcionada a análise.

REDAÇÃO 1 - RED1

90



 Faculdade Integrada
fafibe
 BEBEDOURO-SP

Redação - Texto Dissertativo

Mais ou Menos Idade?

Discutir sobre violência é um tema bem importante a ser discutido, quanto mais em se tratando de crianças e adolescentes crimes cometidos por força etária chocam a sociedade, seja pela polêmica que é gerada em torno da opinião pública, ou seja pela crueldade dos fatos em si.

Entretanto é relevante não apenas abordarmos o assunto considerando causa e efeito de desvendarmos o fato e discutí-lo. Iremos apenas considerando especulações com relação ao efeito. Isto nos deixaria em situação inerte, pois não resolveríamos o problema. O relevante no fato é a causa. O que leva um adolescente a matar seu semelhante. Não queremos discutir a crueldade ou forma nos atos em si. O que passa por sua mente.

O filme Cidade de Deus nos revelou dramaticamente como fatores como violência, pobreza marginalizada, fome, a miséria, a falta de ensino e saúde, permitem crimes andarem com a arma em punho. O desinteresse do governo é grande em relação a estas crianças e hoje como fatos temos a injustiça social.

Poderíamos até sugerir que a violência infantil é um fato social. Não apenas causada pela violência urbana, mas a doméstica também.

O paradigma de nossa sociedade pós-moderna, pragmática, capitalista e utilitarista tem esvaziado e desmembrado as famílias. Com a revolução feminina e uma liberdade e a falta de compromisso geramos filhos sem a presença de pai e mãe. O estatuto da criança nos diz que toda a criança tem direito a um lar estruturado. Seria possível prendermos pais que não oferecem um lar adequado.

VESTIBULAR 2004

2

ao seus filhos? A psicologia moderna no início dos anos 80 disse aos pais para não corrigirem seus filhos e deixarem fazerem o que quisessem, não dando limites ou apresentando parâmetros. Nossa sociedade agora apresenta-se sem ética moral, sem absolutos e sem sinais.

Ao unirmos a injustiça social e a ética moral verificamos nestes adolescentes excluídos da sociedade, a causa, ou apenas a ponta do iceberg. Estamos cobrindo o que plantamos nesta geração. Mas o que poderíamos fazer para reverter esta situação?

Junto a injustiça social, quanto a ética são impressões indíscricas de resolução a sociedade brasileira para que coloquemos um feio nesta situação. Não adianta colocarmos os mesmos na cadeia, se a fome, falta de ensino e saúde e reforma agrária continuam batendo em seus portais. Esta atitude é apenas emergencial e não estrutural. Temos que revitalizar humanidade a estas crianças para que elas consigam discernir entre certo e errado, bom e mau.

É claro que as mudanças serão a passo de tartaruga. Estamos falando de um fato social e paradigmas sociais não se resolvem da noite para o dia. O que devemos fazer é conscientizar os pais a serem bons pais para seus filhos, influenciando para o bem e proporcionando uma estrutura familiar adequada e coerente para renovar crianças morteadas por parâmetros de cidadania. Assim estaremos lutando contra a injustiça social e levantando a bandeira da humanização comunitária em nosso país.

RED1 – Transcrição:

(1) Discorrer sobre violência é um tema bem sugestivo a ser discutido, quanto mais em se tratando de crianças e adolescentes. Crimes cometidos por faixa etária chocam a sociedade, seja pela polêmica que é gerada em torno da opinião pública, ou seja pela crueldade dos fatos em si. (2) Entretanto é relevante não apenas abordarmos o assunto considerando causa e efeito. Se observarmos o fato e discuti-lo estaremos apenas considerando especulações com relação ao efeito. Isto nos deixaria em situação inerte, pois não resolveríamos o problema. O relevante no fato é a causa. O que leva um adolescente a matar seu semelhante. Não queremos discutir a crueldade ou forma mas o ato em si. O que passa por sua mente. (3) O filme Cidade de Deus nos revelou claramente como fabricamos nossos pequenos marginais. A fome, a miséria, a falta de ensino e saúde, permitem nossas crianças andarem com a arma em punho. O descaso do governo é grande em relação a estas crianças e hoje como fruto temos a Injustiça Social. (4) Poderíamos então sugerir que a violência infantil é um fato social. Não apenas causado pela violência urbana, mas a doméstica também. (5) O paradigma de nossa sociedade pós-moderna, pragmática, capitalista e utilitarista tem esvaziado e disseminado as famílias. Com a revolução feminista o sexo livre e a falta de compromisso geramos filhos sem a presença de pai e mãe. O estatuto da criança nos diz que toda criança tem direito a um lar estruturado. Seria possível pretermos pais que não oferecem um lar adequado aos seus filhos? A psicologia moderna no início dos anos 80 disse aos pais para não corrigirem seus filhos e deixassem fazerem o que quisessem, não dando limites ou apresentando parâmetros. Nossa sociedade agora apresenta-se sem ética moral, sem absolutos e nem sogrado. (6) Ao unirmos a injustiça social e a ética moral verificamos nestes adolescentes excluídos da sociedade, a causa, ou apenas a ponta do iceberg. Estamos colhendo o que plantamos nesta geração mas o que poderíamos fazer para reverter esta situação? (7) Tanto a injustiça social, quanto a ética são imprescindíveis de resolução a sociedade brasileira para que coloquemos um freio nesta situação. Não adianta colocarmos meninos na cadeia, se a fome, falta de ensino, saúde e reforma agrária continuam batendo em suas portas. Esta atitude é apenas emergencial e não estrutural. Temos que sinalizar humanidade a estas crianças para que elas consigam discernir entre certo e errado, bom e mau. (8) É claro que as mudanças seriam a passos de tartaruga. Estamos falando de um fato social e paradigmas sociais não se resolvem da noite para o dia. O que devemos fazer é conscientizar os pais a serem bons pais para seus filhos, influenciando para o bem e proporcionando uma estrutura familiar adequada e coerente para nossas crianças norteados

por parâmetros de cidadania. Assim estaremos lutando contra a injustiça social e levantando a bandeira da humanização comunitária em nosso país.

O primeiro argumento apresentado é o seguinte: (1) “Discorrer sobre violência é importante. Crimes cometidos por crianças/adolescentes são ainda mais importantes de serem discutidos”. Esse argumento se enquadra na categoria dos “baseados na estrutura do real”, pois há a transposição do valor do jovem para o jovem que rouba, pois é afirmado que crimes cometidos por jovens, são mais importantes de serem discutidos, ou seja, os que não são cometidos por jovens têm menor importância. Dessa forma, implanta-se a ideia de que o jovem é relevante para a sociedade e merece maior preocupação, pois crimes que os tem como autor, são tidos como mais importantes de serem refletidos.

Em seguida, é utilizado o argumento: (2) “Crimes cometidos por menores chocam a sociedade por causa da polêmica ou crueldade envolvida nos fatos”. Primeiramente, há uma generalização, pois a palavra “crimes” está sem complemento quantitativo, como “alguns”, o que sugere, assim, a totalidade, se enquadrando nos argumentos que fundam a estrutura do real, pois, é sugerido que todas as pessoas se chocam ao terem conhecimento de um crime feito por um menor, assim, a partir do caso específico, formula-se uma generalização. Também há a generalização porque se afirma que todos os crimes cometidos por jovens são cruéis, porém, roubar uma caixa de leite de um supermercado conceituado é um crime, e não é logicamente considerado cruel.

Além desse tipo de argumento, há o baseado na estrutura do real, especificamente, de causa e consequência: as pessoas se chocam com crimes feitos por menores porque eles são polêmicos ou cruéis. Porém há um salto na direção do argumento, pois a causa mais diretamente ligada ao estado de choque de quem obtém conhecimento sobre o crime, seria o sentimento de repulsa, o que motivaria a polêmica, gerada também pelo sentimento que atos cruéis geram nos seres humanos. Sugere-se que não se corte o direcionamento argumentativo, a fim de tornar a linguagem verbal o mais unívoca possível e permitir melhor logicidade.

Há mais a frente, este argumento: (3) “Não é relevante tratar da violência apenas considerando causa e efeito”. Novamente tem-se uma generalização: nunca será relevante tratar da violência apenas considerando sua causa e seus efeitos. O adjetivo “relevante” utilizado pode ser interpretado no sentido de que da forma apresentada, dificilmente se encontrará uma solução para esse problema, porém não exprime a ideia de que apenas considerando causa e efeito jamais serão suficientes para solucionar uma situação que envolva violência. Novamente, há outra ocorrência desse tipo de argumento: (4) “A discussão do fato

sempre será em torno dos efeitos e nunca trará resultados benéficos”. A única maneira de poder afirmar isso seria tendo o poder da onisciência e da clarividência, para então saber que jamais algum ser humano discutiria um fato tomando em pauta as causas de um problema.

Continuando o texto, o autor cometeu uma incompatibilidade ao afirmar que (5) o que importa a ser analisado é a causa, pois como visto nos parágrafos anteriores, há a ideia de que analisar causas e efeitos não são relevantes para a argumentação, então, ao afirmar justamente o oposto, o autor cometeu tal falácia. Mais a frente, outra incompatibilidade aparece no seguinte argumento: (6) “Deseja-se saber o que passa pela mente do menor quando ele comete o ato violento de matar”. A primeira delas é o fato de igualar causa com pensamento, já que o ato de matar pode também ser estimulado pelo contexto de precariedade, e nem sempre por um distúrbio psicológico; a segunda, o fato de o autor ter afirmado que para solucionar o problema da violência produzida por menores de idade era necessário analisar as causas, agora é afirmado que não as causas, mas o psicológico: ou é apenas um ou são ambos importantes para a solução do problema.

No terceiro parágrafo, são elaborados os seguintes argumentos: (7) “O filme ‘Cidade de Deus’ retrata a realidade da formação do pequeno marginal”, (8) “Fome, miséria, falta de ensino, falta de serviço de saúde ‘permitem’ nossas crianças andarem armadas”, (9) “A injustiça social é causada pelo descaso do governo com as crianças”. O primeiro pertence à classificação de argumento que funda a estrutura do real, pois trata-se da exposição de um modelo de jovens em contexto altamente precário mostrado pelo filme; a citação do filme incrementa a argumentação no sentido que expõe a captura de uma realidade. O segundo e o terceiro podem ser considerados argumentos baseados na estrutura do real, pois existe a relação de causa: os jovens são violentos por causa da precariedade em que vivem, visto que sofrem acentuada desigualdade social em relação a outras pessoas e, no terceiro argumento, a causa da injustiça social colocada como o descaso do governo com as crianças.

Em seguida, é utilizado um argumento que funda a estrutura do real, trata-se desta generalização: (10) “A violência infantil é causada pela violência urbana e doméstica”. Já que o lugar da violência foi priorizado, entende-se que a violência escolar, no trabalho, religiosa etc., não seriam causas para a violência infantil existir, ou seja, sempre que houver violência urbana e doméstica, haverá violência infantil. Além disso, o argumento também é baseado na estrutura do real, já que funda uma relação de causalidade: jovens são violentados ou os jovens são violentos por causa da violência urbana e doméstica.

Mais a frente há o seguinte argumento: (11) “A revolução feminina trouxe a liberdade sexual e a falta de compromisso, como consequência, várias crianças nasceram sem a

presença do pai e da mãe”. Primeiro há a afirmação que a revolução feminina (que buscava a quebra do sexismo) foi a causa da atual liberdade sexual e falta de compromisso, esse argumento se enquadra no tipo dos baseados na estrutura do real. Segundo, afirma-se que tal liberdade sexual e falta de compromisso das pessoas que se relacionam tem como efeito o nascimento de crianças sem pai e mãe. Esse argumento é do mesmo tipo que o anterior.

Em seguida é colocado este argumento: (12) “O ECA afirma que toda criança tem o direito a um lar estruturado”. Ele é um dos que se baseiam na estrutura do real de autoridade, pois coloca um sujeito, o ECA, como discursor incontestável, afinal, é a entidade que pensa a elaboração de projetos e leis para os jovens, sem que se argumente mais a fundo o porquê de tal afirmação. Para completa-lo, o autor insere outro argumento baseado na estrutura do real quando relaciona o juízo apontado pelo ECA com a realidade: (13) “Pais que não oferecem um lar adequado poderiam ser presos”. Se os pais, segundo o ECA, deveriam proporcionar um lar estruturado, o não fazer isso implicaria em sua prisão, segundo o raciocínio do autor da redação.

No final do texto, o autor insere outra incompatibilidade ao afirmar que: “Para mudar a situação, é importante bons, conscientes pais”, dando mais uma solução para o problema da violência cometida pelo menor. A estrutura do texto não exprime diretamente a ideia de comunhão dessa possível solução com as outras inseridas no texto, dessa forma, seria como dizer que a solução para o problema X seria a ação A somente, a B somente e a C, somente. O que gera um problema de coerência, afinal, se existe mais de um fator capaz de solucionar o problema da violência, eles deveriam ser encadeados e não inseridos sem explícita relação um com o outro.

A seguir, uma lista que sintetiza os tipos de argumentos levantados:

- (1) Argumento baseado na estrutura do real (transposição de valores).
- (2) Argumento que funda a estrutura do real (generalização); argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (3) Argumento que funda a estrutura do real (generalização).
- (4) Argumento que funda a estrutura do real (generalização).
- (5) Incompatibilidade.
- (6) Incompatibilidade.
- (7) Argumento que funda a estrutura do real (modelo).
- (8) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (9) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).

- (10) Argumento que funda a estrutura do real (generalização); argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (11) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (12) Argumento baseado na estrutura do real (autoridade).
- (13) Argumento baseado na estrutura do real (transposição de valores).

REDAÇÃO 2 – RED2

7.0



fafibe

 BEBEDOURO - SP

Redação – Texto Dissertativo

No Brasil, a maioridade penal é de dezete anos, mas um jovem de dezesseis anos pode votar e "decidir" o futuro de mais de cento e cinquenta milhões de habitantes, colocando no poder políticos que em sua maioria são corruptos.

É necessário que revolucione nossos conceitos, e proporemos mudanças radicais, não só no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também em nossas próprias vidas.

Para que isso aconteça é necessário que políticos seniores estejam no poder, e que tenham na educação de nossos jovens, diminuindo assim o acontecimento de delitos crimes bárbaros e consequentemente melhorando as condições de vida em nosso país.

A educação, é o base para formação de nossos jovens e crianças, e em um país onde os investimentos nesta área é bastante pobre, devemos esperar que a família esteja sempre presente em suas vidas, e os próprios jovens adquirirem personalidade e responsabilidade.

A educação sexual também é fato importante na formação dos jovens, mas as desigualdades e a própria dependência de maioria desses adolescentes de seus pais, torna-se quase impossível a formação de um jovem responsável, então precisamos mudar.

Enfim, esperamos que as autoridades tomem consciência e diminuam a maioridade penal de dezete para dezesseis anos, pois jovens com futuro promissor como os nossos pensariam duas vezes antes de cometer tais crueldades.

VESTIBULAR 2004

2

RED2 – Transcrição:

(1) No Brasil, a maioridade penal é de dezoito anos, mas um jovem de dezesseis anos pode votar e “decidir” o futuro de mais de cento e cinquenta milhões de habitantes, colocando no poder políticos que em sua maioria são corruptos. (2) É necessário que reavaliemos nossos conceitos; e promovemos mudanças radicais, não só no Estatuto da criança e do adolescente, mas também em nossas próprias vidas. (3) Para que isso aconteça é necessário que políticos sensatos estejam no poder, e apostem na educação de nossos jovens, diminuindo assim o acontecimento destes crimes bárbaros e conseqüentemente melhorando as condições de vida em nosso país. (4) A educação, é a base para formação de nossos jovens e crianças, e em um país onde os investimentos nesta área é bastante modesto, devemos esperar que a família esteja sempre presente em suas vidas, e os próprios jovens adquiram personalidade e responsabilidade. (5) A educação social também é um fato importante na formação dos jovens, mas as desigualdades e a própria dependência da maioria desses adolescentes de seus pais, torna-se quase impossível a formação de um jovem responsável, então precisamos mudar. (6) Enfim, esperamos que as autoridades tomem consciência e diminuam a maioridade penal de dezoito para dezesseis anos, pois jovens com futuro promissor como os nossos pensariam duas vezes antes de cometer tais crueldades.

O primeiro argumento é este: (1) “A maioridade é de 18 anos, mas com 16 já se pode votar”. Ele é do tipo que é baseado na estrutura do real, pois transpõe um valor de uma situação para uma outra: (a) se alguém é permitido o direito de votar, implica que essa pessoa tem maturidade suficiente e já superou o processo de crescimento básico cognitivo e físico; (b) um jovem de 16 anos pode votar, então, ele é considerado maduro e formado, capaz de responder por crimes igual aos adultos são. Além da ausência de maior argumentação, o argumento de autoridade é utilizado, pois fica implícito que quem definiu a legalidade do início do exercício do voto aos 16 anos pensou em toda essa questão de maturidade e tem uma opinião incontestável: (2) “Se o estado definiu que um cidadão de 16 anos pode votar, significa que ele é maturo o suficiente para responder por crimes como os adultos”.

Ainda, esse argumento pode ser classificado também como um baseado na estrutura do real quanto a relação de ato e essência, pois afirma-se que ato de votar reflete a essência da pessoa, no caso, sua maturidade, que permite que ela seja julgada como um adulto: (3) “O ato de votar reflete a maturidade do indivíduo”.

O próximo argumento encontrado é o seguinte: (4) “Políticos sensatos no poder vão investir na educação, o que melhora a condição de vida do país”. Primeiramente há um argumento que funda a estrutura do real, pois ele cria uma generalização: “Todos os políticos sensatos investiriam na educação”, porém, é possível que alguém seja sensato, mas mal caráter, e roube a maior parte das verbas. E também há o argumento baseado na estrutura do real que propõe a relação de causa e consequência: (5) “Se houver investimento na educação, a condição de vida no país melhorará”. O efeito esperado é a melhoria da qualidade de vida no Brasil, e como uma possível causa (solução) está o investimento na educação, que poderia ter sido mais aprofundado, como argumentar mais sobre afirmação.

Há um interessante argumento que funda a estrutura do real por analogia: (6) “Políticos sensatos melhoraram as condições de vida no país”. O argumento pertence a essa classificação pelo fato de se estabelecer uma analogia entre as duas afirmações seguintes: (a) pessoas sensatas são capazes de melhorar situações; (b) políticos sensatos são capazes de melhorar a condição do país. O próximo argumento identificado é este: (7) “A causa para os jovens não serem responsáveis é a desigualdade e dependência dos pais”. É colocado um argumento baseado na estrutura do real de sentido causal.

O último argumento identificado é o seguinte: (8) “Autoridades devem diminuir a maioria penal para 16, pois jovens com futuro promissor não agiriam com violência”. Há uma generalização, pois afirma-se que todos os jovens têm um futuro promissor e que todos que têm um futuro promissor não cometeriam atos violentos, o que não se pode afirmar com certeza.

A seguir, uma lista que sintetiza os tipos de argumentos levantados:

- (1) Argumento baseado na estrutura do real (transposição de valor).
- (2) Argumento baseado na estrutura do real (autoridade).
- (3) Argumento baseado na estrutura do real (ato e essência).
- (4) Argumento que funda a estrutura do real (generalização).
- (5) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (6) Argumento que funda a estrutura do real (analogia).
- (7) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (8) Argumento que funda a estrutura do real (generalização).

REDAÇÃO 3 – RED3

6.5



 Faculdade Integrada
fafibe
 BEBEDOURO-SP

Redação - Texto Dissertativo

MAIORIDADE PENAL - DEZEZOITO OU DEZESSEIS ANOS?

Atualmente, discute-se muito a diminuição da maioridade penal dos dezesseis para os dezesseis anos, devido aos comportamentos dos adolescentes que estão chocando a todos. Os jovens de hoje em dia têm comportamentos muito mais precoces do que nos tempos antigos. Começam a usar drogas, praticar atos sexuais e até cometer crimes antes mesmo de seus dezesseis anos e isso vem trazendo resultados que não são nada positivos para a sociedade.

Se hoje em dia é permitido votar aos dezesseis anos, isso indica que o jovem tem uma personalidade já formada para saber o que faz. E se eles são capazes de roubar, seqüestrar e até matar, também têm idade suficiente para assumir as consequências de seus atos e serem punidos por isso.

Frequentemente somos surpreendidos por notícias de jovens que roubam, seqüestram e até assassinam pessoas, às vezes da família ou por qualquer outro motivo banal. Independentemente de serem induzidos por colegas, drogas ou uma má educação, é importante que a sociedade imponha limites e mostre a eles que, desde pequenos, cada um é responsável pela sua ação e isso lhes trará uma reação, sendo ela boa ou ruim.

Enfim, se mudassem a maioria penal para os dezesseis anos, talvez a situação melhorasse e os jovens adolescentes de hoje em dia tomariam atitudes melhores, que lhes proporcionariam uma vida melhor e mais tranquila.

VESTIBULAR 2004

2

RED3 – Transcrição:

(1) Atualmente, discute-se muito a diminuição da maioridade penal dos dezoito para os dezesseis anos, devido aos comportamentos dos adolescentes que estão chocando a todos. (2) Os jovens de hoje em dia têm comportamentos muito mais precoces do que nos tempos antigos. Começam a usar drogas, praticar atos sexuais e até cometer crimes antes mesmo de seus dezoito anos e isso vem trazendo resultados que não são nada positivos para a sociedade. (3) Se hoje em dia é permitido votar aos dezesseis anos, isso indica que o jovem tem uma personalidade já formada para saber o que faz. E se eles são capazes de roubar, sequestrar e até matar, também têm idade suficiente para assumir as consequências de seus atos e serem punidos por isso. (4) Frequentemente somos surpreendidos por notícias de jovens que roubam, sequestram e até assassinam pessoas, às vezes da família ou por qualquer outro motivo banal. Independentemente de serem induzidos por colegas, drogas ou uma má educação, é importante que a sociedade imponha limites e mostre a eles que, desde novinhos, cada um é responsável pela sua ação e isso lhes trará uma reação, sendo ela boa ou ruim. (5) Enfim, se mudassem a maioria penal para os dezesseis anos, talvez a situação melhorasse e os jovens adolescentes de hoje em dia tomariam atitudes melhores, que lhes proporcionassem uma vida melhor e mais tranquila.

Nesta redação, o primeiro argumento é: (1) “Observa-se que os jovens agem como adultos mais cedo do que antigamente: praticam atos sexuais, usam drogas, cometem crimes, antes dos 18 anos, o que traz resultados negativos para a sociedade”. O autor coloca uma relação de ação e essência quando relaciona atos como o sexo e o uso de drogas a pessoas de uma faixa etária. Está implícita a generalização, pois é tido que todos os adultos fazem tais ações mencionadas: (2) “Todos os adultos usam drogas, fazem sexo e cometem crimes”. Em seguida é dada uma causa para um tipo de fenômeno negativo social não especificado: (3) “Jovens que agem como adultos ocasionam efeitos negativos para a sociedade”, uma vez que agir como adulto é usar drogas, transar e cometer crimes, segundo o autor da redação, o que faz desse argumento um do tipo causal dentro dos baseados na estrutura do real.

Interessante apontar o uso do exemplo dado (4) “cometer crimes, usar drogas, e ter relações sexuais”, que coloca o argumento dentro dos que fundam a estrutura do real, por se tratar de uma exemplificação das causas já mencionadas de efeitos negativos gerados na sociedade. Há mais um argumento desse tipo: (5) “Com frequência é noticiada a ação violenta

de jovens criminosos”. O fato de a ação violenta de jovens criminosos ser noticiada é um exemplo de como essa violência é abrangente e condizente com a realidade, o que reforça as proposições sobre ela.

Há, no decorrer do texto, a seguinte incompatibilidade: (6) “As causas dessas ações não importam, contanto que a sociedade coloque limites nesses jovens desde a infância”. Primeiro é afirmado que as causas das ações violentas dos jovens não são importantes para solucionar o problema da violência. Porém, é dada uma causa que merece atenção por poder prevenir tal tipo de comportamento nos jovens, que é a imposição de limites desde a infância, ou seja, um trabalho educativo mais rígido e estruturado.

A seguir, uma lista que sintetiza os tipos de argumentos levantados:

- (1) Argumentos baseados na estrutura do real (ato e essência).
- (2) Argumento que funda a estrutura do real (generalização).
- (3) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (4) Argumento que funda a estrutura do real (exemplo).
- (5) Argumento que funda a estrutura do real (exemplo).
- (6) Incompatibilidade.

REDAÇÃO 4 - RED4

55

T. 1111111111111111
fafibe
 BEBEDOURO-SP

Redação - Texto Dissertativo

O problema não é esse

A situação da diminuição da maioridade penal está coberto de um ponto de interrogação no resto dos brasileiros. Diminuiu a maioridade penal ao não?

O governador Geraldo Alckmin acha desnecessário e disse que esse método não resolveria o problema, seria como se o país adotasse a pena de morte e mesmo assim houvessem pessoas que cometessem crimes, mesmo sabendo da punição.

Será que o problema está em diminuir a maioridade penal?

O problema não é esse mas sim o contexto que envolve a falta de educação, que é a EDUCAÇÃO.

Um país que não desenvolve a educação de seus cidadãos, acaba tendo problemas que o levam a agir por outros meios, como a da questão em discussão.

Desde a infância de 10 anos já estamos participando do mundo do crime, então em um futuro próximo vamos ter crianças de 12 anos atrás das grades, e tudo isso devido a falta de oportunidades, como a falta de emprego, moradia e educação.

Esses meios, ou seja, a falta desses princípios levam qualquer humano a roubar, a matar e fazer outras barbaridades porque perde-se a esperança de melhorar de vida, tudo faz perder a razão, e a ter um ideal, daí cometem as loucuras que tanto vemos.

Condenar crianças ou adultos, seja qual forem, suas idades não é a solução, mas sim dar oportunidades e a educação é a base de tudo, e também é um processo que exige atenção, pois com ela pode-se conseguir muita coisa.

Então, com tantos impostos que pagamos vamos pedir ao governo que dê soluções dignas para uma questão de que a culpa não é da idade e sim da falta de educação.

VESTIBULAR 2004

2

RED4 – Transcrição:

(1) A situação da diminuição da maioria penal está colocando um ponto de interrogação no rosto dos brasileiros. Diminuir a maioria penal ou não? (2) O governador Geraldo Alckimin acha desnecessário e disse que esse método não resolveria o problema. Seria como se o país adotasse a pena de morte e mesmo assim houvessem pessoas que cometessem crimes, mesmo sabendo da punição. (3) Será que o problema está em diminuir a maioria penal? (4) O problema não é esse, mas sim o contexto que envolve a todos desde o nascimento, que é a educação. (5) Um país que não desenvolve a educação de seus cidadãos, acaba tendo problemas que o levam a agir por outros meios, como a da questão em discussão. (6) Devido a jovens de 16 anos já estarem participando do mundo do crime, então em um futuro próximo vamos ter crianças de 12 anos atrás das grades, e tudo isso devido a falta de oportunidades, como a falta de emprego, moradia e educação. (7) Esses meios, ou seja, a falta desses princípios levam qualquer humano a roubar, a matar e fazer outras barbaridades, porque perde-se a esperança de melhorar de vida, tudo faz perder a razão, e de ter um ideal, daí cometer as loucuras que tanto vemos. (8) Condenar crianças ou adultos seja quais forem suas idades não é a solução, mas sim dar oportunidades e a educação é a base de tudo, e também, é um processo que exige atenção, pois com ela pode-se conseguir muita coisa. (9) Então, com tantos impostos que pagamos vamos pedir ao governo que dê soluções dignas para uma questão de que a culpa não é a da idade e sim da falta de educação.

A redação tem início com um argumento de autoridade baseado na estrutura do real: (1) “Geraldo Alckimin disse que diminuir a idade penal não resolve o problema da violência”. Ele pertence a essa classificação porque o poder da argumentação encontra-se na ideia que o leitor terá sobre o sujeito apontado (Alckimin). Tal força depende disso. O autor utiliza uma argumentação do Alckimin que se enquadra como argumento que funda a estrutura do real, uma vez que cria uma analogia: (2) “Reduzir a maioria penal é como legalizar a pena de morte, pois não evita que crimes sejam cometidos”. A similaridade está na relação igual entre: (a) legalizar a pena de morte não reduzirá a criminalidade; (b) diminuir a maioria penal não reduzirá criminalidade infantil.

Em seguida, é posto o seguinte argumento: (3) “O contexto da educação é o problema”. Esse argumento está baseado na estrutura do real porque insere uma relação de causalidade: atualmente há problemas com violência e criminalidade infantil porque o contexto

educacional deles está comprometido. Outra relação causal está neste argumento: (4) “A falta de desenvolvimento na educação de um país leva-o a tomar medidas punitivas”. Nesse caso, afirma-se que a causa de um país ter de aplicar medidas punitivas é a precariedade na educação presente nele. Pode-se deduzir, também, que: (5) “Se um país tem um altíssimo nível de educação em seu sistema social, nele não serão aplicadas medidas punitivas em quem cometer crimes”, que é uma generalização.

A seguir é inserido um argumento que funda a estrutura do real criando uma ilustração para reforçar a ideia de que é preciso tomar medidas para reduzir a criminalidade e violência cometida por menores de idade: (6) “Se os jovens de 16 anos já estão na vida do crime, no futuro, teremos crianças de 12 atrás das grades”. O autor usa como ilustração um futuro possível caso medidas não sejam tomadas a tempo.

No texto também foi encontrado o seguinte argumento: (7) “Quando o ser humano perde a esperança de uma vida melhor, por não ter emprego, moradia e educação, ele rouba”. Primeiramente ele coloca uma relação entre essência e ação: se a essência está prejudicada (falta de esperança), as ações serão criminais. Além disso, há uma generalização: (8) “Todos os seres humanos que perderem a esperança de uma vida melhor vão roubar”.

No desfecho do texto, encontra-se um argumento de causa e efeito, baseado na estrutura do real: (9) “A culpa da violência de menores não é da idade, mas da falta de educação”. Ou seja, a causa é a falta de educação e o efeito é a violência cometida por menores de idade.

A seguir, uma lista que sintetiza os tipos de argumentos levantados:

- (1) Argumento baseado na estrutura do real (autoridade).
- (2) Argumento que funda a estrutura do real (analogia).
- (3) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (4) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (5) Argumento que funda a estrutura do real (generalidade).
- (6) Argumento que funda a estrutura do real (ilustração).
- (7) Argumento baseado na estrutura do real (ato e essência).
- (8) Argumento que funda a estrutura do real (generalização).
- (9) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).

REDAÇÃO 5 – RED5

60
4

Fafibe Integrado
fafibe
BEBEDOURO-SP

Redação - Texto Dissertativo

NA MINHA OPINIÃO A MAIORIA DOS CRIMES, ROUBOS, VANDALISMOS, ASSASSINATOS E OUTROS VÁRIOS TIPOS DESTAS NATURALIDADES, SÃO COMETIDOS POR ADOLESCENTES MENORES DE DEZOITO ANOS. TAMBÉM ACHO QUE TUDO ISSO SÃO CONSEQUÊNCIAS E EFEITOS DAS DROGAS, ESTÃO COMETENDO DOIS TIPOS DE CRIMES, UM CONTRA A PRÓPRIA VIDA, QUE É COM AS DROGAS E OUTRO COM A VIDA DOS OUTROS INOCENTES, CRIANÇAS, ESTUDANTES, PAIS DE FAMÍLIA, COM AS MESMAS RESPONSABILIDADES QUE COMETEM ESTES ATOS TAMBÉM DEVERIAM RESPONDER POR ELES. DEPENDENDO DA GRAVIDADE DO ATO, O REU TALVEZ MERECÇA UMA TENTATIVA DE REABILITAÇÃO NA SOCIEDADE, COMO POR EXEMPLO UMA OFICINA DE APRENDISAGEM PARA TENTAR DAR A ELE UMA PROFISSÃO, COMO VÁRIAS UNIDADES DA FEBEM JÁ POSSUEM. (MÁS) UMA GRANDE PORCENTAGEM DESSES DELINQUENTES CERTAMENTE NÃO TERÁ UMA CERTA FORÇA DE VONTADE PARA SE REVERTEREM MUITOS DELES JÁ NASCERAM PARA ISSO. NA MINHA OPINIÃO UMA MUDANÇA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE IRIA MUDAR MUITAS COISAS, COMO UMA DISCIPLINA MAIS RÍGIDA PARA ESSES CRIMINOSOS, UMA COISA QUE IRIA MELHORAR TAMBÉM, SE TENTASSEM CONTROLAR MAIS AS REBELIÕES NAS UNIDADES DA FEBEM. A CONSTITUIÇÃO DE NOVAS UNIDADES DA FEBEM PARA ALIVIAR A SUPER LOTAÇÃO NAS QUE JÁ EXISTEM. QUANTO AO CRIME DO SÍTIO NA CIDADE DE SÃO PAULO QUE CHOCOU O PAÍS, TODOS DEVERIAM CUMPRIR A MESMA PENA, AFINAL DE CONTAS OS MAIORES DE IDADE FORAM INDUZIDOS PELO MENOR, QUE COMETEU ESSA TERRÍVEL BARBARIDADE. (NOTABIL) TERIAM QUE IMPLANTAR UMA LEI MUITO MAIS SEVERA CONTRA O CRIME. EU SOU TOTALMENTE A FAVOR DA MAIORIDADE DOS DEZOITO PARA OS DESESSEIS ANOS, QUE JÁ SABEM MUITO BEM O QUE FAZEM E POR QUE FAZEM. AFINAL DE CONTAS SÃO ELAS QUE ESCOLHEM O CAMINHO QUE QUEREM SEGUIR.

VESTIBULAR 2004

2

RED5 – Transcrição:

(1) Na minha opinião a maioria dos crimes, roubos, vandalismos, assassinatos e outros vários tipos destas naturalidades, são cometidos por adolescentes menores de dezoito anos, também acho que tudo isso são consequências e efeitos das drogas, estão cometendo dois tipos de crimes, um contra a própria vida, que é com as drogas e outro com a vida dos outros inocentes, crianças, estudantes, pais de família. Com as mesmas responsabilidades que cometem estes atos também deveriam responder por eles, dependendo da gravidade do ato, o réu talvez mereça uma tentativa de reabilitação na sociedade, como por exemplo uma oficina de aprendizagem para tentar dar a ele uma profissão, como várias unidades da Febem já possuem. Mas uma grande porcentagem desses delinquentes certamente não terá uma certa força de vontade para se recuperar. Muitos deles já nasceram para isso. Na minha opinião uma mudança no estatuto da criança e do adolescente iria mudar muitas coisas, como uma disciplina mais rígida para esses criminosos, uma coisa que iria melhorar também, se tentassem conter mais as rebeliões nas unidades da Febem. Quanto ao crime do sítio na cidade de São Paulo que chocou o país, todos deveriam cumprir a mesma pena, afinal de contas os maiores de idade foram induzidos pelo menor, que cometeu essa terrível barbaridade. No Brasil, teriam que implantar uma lei muito mais severa contra o crime. Eu sou totalmente a favor da maioria dos dezoito para os dezesseis anos, que já sabem muito bem o que fazem e porque fazem. Afinal de contas são eles que escolhem o caminho que querem seguir.

A redação começa com o seguinte argumento: (1) “Adolescentes menores de 18 anos são os principais infratores de crimes como assassinato, vandalismo”. Esse é um argumento quase lógico que faz uma comparação da quantidade de crimes como assassinato e vandalismo cometidos por menores em relação aos cometidos por adultos, a fim de realçar a importância de se discutir o tema que envolve o menor infrator.

A seguir, é afirmado o seguinte: (2) “Adolescentes ficam criminosos por causa das drogas”. Primeiramente há a relação de causa e efeito: jovens escolhem ser criminosos por causa das drogas, o consumo de drogas é a motivação para a vida criminal. Além disso, há uma generalização: (3) “Todos os jovens que tem contato com as drogas se tornam criminosos”. Isso acontece porque a quantidade (alguns, a maioria) não é colocada no texto, o que abre as opções de interpretações, e uma delas é a da generalização.

O próximo argumento encontrado é este: (4) “Usar drogas é um crime com a própria vida”. Esse argumento relaciona o valor de vida (algo positivo e necessário de zelo) e uso de drogas (algo negativo). Essa relação acontece com a palavra “crime”, que tem teor negativo, dessa forma, a relação de valores conhecidos *(vida) com valores que se quer promover (não ao uso de drogas), criando um argumento baseado na estrutura do real.

A seguir, há um argumento quase lógico de transição: (5) “Se os jovens têm responsabilidade para cometer atos criminosos, eles têm responsabilidade para responderem por eles”. Há a transição da ideia de responsabilidade presente em uma situação para a afirmação da responsabilidade em uma outra situação, no caso, se um jovem tem responsabilidade para cometer um crime, ele mantém essa responsabilidade para responder por ele, dessa forma, o autor insere sua visão de que a maioria penal deve ser reduzida.

Neste argumento, há o relacionamento de uma ação a uma essência: (6) “Muitos dos adolescentes infratores já nasceram para roubar”. Ou seja, está na essência de algumas pessoas cometerem crimes mesmo na adolescência. Esse argumento se enquadra naqueles que se baseiam na estrutura do real.

O autor novamente se coloca quanto a questão da redução da maioria penal quando coloca a seguinte argumentação: (7) “Construções de mais febens reduziriam a criminalidade gerada por menores”. Nesse argumento, é colocado um efeito, no caso, a redução da criminalidade, e uma causa para esse efeito, que é a construção de mais febens, lugares para a punição e reeducação de menores infratores.

Por fim, há um argumento que funda a estrutura do real quando o autor insere um caso relatado na mídia sobre a crueldade acontecida em um sítio na capital de São Paulo, no qual havia um jovem envolvido e que aparentemente foi o mais cruel. Essa inserção gera uma ilustração, pois tenta-se promover a ideia de que menores deveriam responder por seus crimes, sim. Desta forma: (8) “Os jovens deveriam poder ser legalmente penalizados, pois eles podem ser muito maus e violentos, como no caso dos assassinatos no sítio em São Paulo”.

A seguir, uma lista que sintetiza os tipos de argumentos levantados:

- (1) Argumento quase lógico (comparação).
- (2) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (3) Argumentos que fundam a estrutura do real (generalização).
- (4) Argumento baseado na estrutura do real.
- (5) Argumento quase lógico (transição).
- (6) Argumento baseado na estrutura do real (ato e essência).

- (7) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (8) Argumento que funda a estrutura do real (ilustração).

REDAÇÃO 6 - RED6

7.0



 Faculdade Ingá
fafibe
 BEBEDOURO-SP

Redação - Texto Dissertativo

Basta! Já é hora de mudar.

O que mais se discute ultimamente, é a questão sobre a maioridade penal. Se de se ser alterada ou não, passando a ser maior de idade com dezesseis anos, ao invés dos dezoito anos, devido as grandes e graves crimes e violência em geral, que vem ocorrendo já alguns anos.

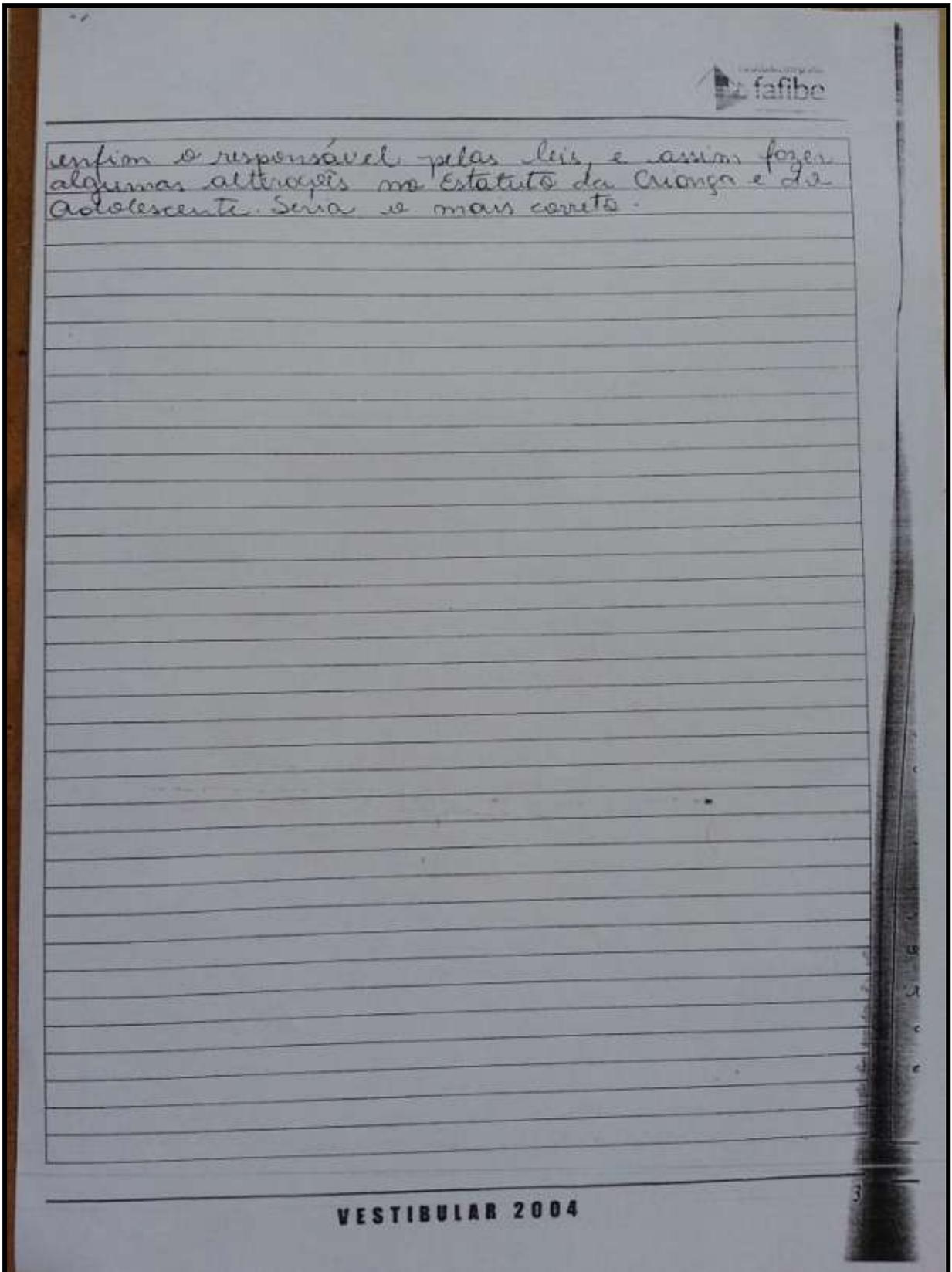
Nada mais certo que haja esta mudança, mesmo porque, se um jovem de apenas dezesseis anos, tem maturidade suficiente para votar, em épocas de eleições principalmente para presidente da república, e mesmo ter para pagar seus crimes cometidos.

Também não podemos esquecer de muitos bandoleiros, maiores de idade, que aproveita da situação, assim cometendo roubos, assassinatos e muitos outros crimes bárbaros, e na hora que os policiais prendem, vem um "amiguinho" menor de idade, e assume toda a culpa. É claro, sabe-se que não irá ser julgado, condenado e muito menos preso, e fica tudo por isso mesmo.

Tem muitos menores que acabam parando na febre. Mas não creio que a febre se já um dos melhores recursos para esses meninos. Eles já não tem a idade, muito boa e ainda vão passar na febre, de tanto que são julgados lá, ao sair, saem presos de que já usam quando então.

Mas nada que nos sociedade, podemos fazer, a não ser clare a nossa opinião sobre o assunto maioridade penal. Agora é que nos resta e esperar que o presidente, governantes

VESTIBULAR 2004 2



RED6 – Transcrição:

(1) O que mais se discute ultimamente, é a questão sobre a maioridade penal. Se deve ser alterada ou não, passando a ser maior de idade com dezesseis anos, ao invés dos dezoito anos, devido as grandes e graves crimes e violência em geral, que vem ocorrendo já alguns anos. (2) Nada mais correto que haja esta mudança, mesmo porque, se um jovem de apenas dezesseis anos, tem maturidade suficiente para votar, em épocas de eleições principalmente para presidente da república, o mesmo terá para pagar seus crimes cometidos. (3) Também não podemos esquecer de muitos bandidos, maiores de idade, que aproveita da situação, assim cometendo roubos assassinatos e muitos outros crimes bárbaros, e na hora que os policiais prendem, vem um “amiguinho” menor de idade, e assume toda a culpa. É claro, sabe-se que não irá ser julgado, condenado e muito menos preso, e fica tudo por isso mesmo. (4) Tem muitos menores que acabam parando na Febem, mas não creio que a Febem seja um dos melhores recursos para esses meninos. Eles já não tem a índole muito boa e ainda vai parar na Febem, de tanto que são judiados lá, ao sair saem piores do que já eram, quando entraram. (5) Mas nada que nós sociedade, possamos fazer, a não ser claro a nossa opinião sobre o assunto maioridade penal. Agora o que nos resta é esperar que o presidente, governantes enfim o responsável pelas leis, e assim fazer algumas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente. Seria o mais correto.

A redação apresenta primeiramente o seguinte argumento: (1) “Tem sido discutida a alteração da maioridade penal devido ao número de crimes envolvendo menores”. Esse argumento é do tipo que se baseia na estrutura do real, pois cria uma relação de causa para o fato de a maioridade penal estar sendo discutida, no caso, o número alto de crimes feitos por indivíduos que não completaram 18 anos de idade para poderem responder legalmente como adultos.

O próximo argumento é este: (2) “Se o jovem pode votar para presidente da república, ele pode responder por seus crimes”. Há a ideia de que a possibilidade de escolher o presidente de um país se iguala ao nível de maturidade elevada ou proximidade da fase considerada adulta. Essa relação exprime uma transposição de valores, pois a noção descrita é igualada com a adequação a uma medida punitiva mais severa mesmo se tratando de um ser humano de 16 anos.

Em seguida, é colocado um argumento que funda a estrutura do real inserindo um exemplo para que seja transmitido o motivo pelo qual a diminuição da maioridade penal é

necessária e benéfica para a sociedade: (3) “Ladrões menores de idade que agem em conjunto com adultos assumem toda a culpa para si com a finalidade de inocentar os outros bandidos”. Ou seja, se houvesse medidas mais severas, os jovens não se submeteriam com tanta frequência a assumir o crime sozinhos, já que teriam de ser punidos de uma forma que os desagradariam muito mais que simplesmente serem mandados para a Febem.

A seguir, a instituição que costumava ser a punição para jovens delinquentes é colocada como a causa para o aumento da violência e criminalidade nas ações de jovens que vão parar nela a fim de se recuperarem: (4) “Os jovens que vão para a Febem não são de boa índole, o lugar não favorece a mudança desse estado negativo de caráter, mas o estimula”. Essa argumentação é baseada na estrutura do real, já que funda uma causa e efeito.

Há outro argumento que coloca uma causa e efeito: (5) “A sociedade precisa esperar pelos governantes diminuírem a maioria penal para que a situação melhore”. A relação está no fato de para conseguir o efeito, o resultado, que é uma sociedade melhor, a causa para isso é a ação dos governadores do país, inserindo leis que permitem a punição de menores da mesma forma que os adultos são punidos por seus crimes.

A seguir, uma lista que sintetiza os tipos de argumentos levantados:

- (1) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (2) Argumento baseado na estrutura do real (transposição de valores).
- (3) Argumento que funda a estrutura do real (exemplo).
- (4) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).
- (5) Argumento baseado na estrutura do real (causa e efeito).

REDAÇÃO 7 - RED7

15



 Fafibe

 Faculdade Integrada

 Bebedouro-SP

Redação - Texto Dissertativo

OS JOVENS DE HOJE NÃO LEVAM NADA A SÉRIO, SE E-TOKILAM COM TODAS AS DROGAS QUE ENCONTRAM, FAZEM ISSO POR TEREM CONSCIÊNCIA DO QUE ESTÃO FAZENDO, SE ESTÃO SIENTES DO QUE USAM, TAMBÉM ESTÃO QUANDO PRATICAM SUOS CRIMES BARBAROS, SENDO INJURTAI AS LEIS DO BRASIL, POR NÃO PUNIZES.

GAPOLOS DE DOZE ANOS EXPERIMENTANDO MARIJUÁ, IMAGINANDO OS FILMES DE POLÍCIA E LADRÃO, INVADINDO A CASA DO CRIANÇA QUE LUTA DIA APÓS DIA PARA SUSTENTAR SUA FAMÍLIA, COLOCANDO PUNHO DENTRO DE QUATRO PAREDES INFLINGINDO A LEI, LEVANDO A PALAFA ESUA MAGNUM 357 ACIMA DE TUDO PARA CONSEGUIR DÍXHEIRA E DÓIAS SEM CONSIDERAR OS LÍMITES DE SUA INGENIARDE TIRANDO AINDA DE UMA CRIANÇA INOFENTE DESTRUINDO O FUTURO A POR A ESPERANÇA DE SUA FAMÍLIA PARA SEMPRE COM UMA PERDA INSUPERAVEL.

IMAGINE A SITUAÇÃO; SEU FILHO NO CAPTIVIDADE SENDO TORTURADO POR MENORES PSICOPATAS COM AMENTE VOLTADA PARA A VIOLÊNCIA, QUEBENDO SEU DÍXHEIRO OU A VIDA DE SEU FILHO, O MENOR SABE QUE NÃO SERÁ PENALIZADO E SIM, MAIS UM NA LISTA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NÃO SERÁ PUNIDO PELAS SUAS ATROCIDADES PORQUE AS LEIS DO BRASIL NÃO PERMITEM ENTÃO POR NÃO SER CASTIGADO NOVAMENTE SE INICIA OUTRO CRIME.

VESTIBULAR 2004

2

RED7 – Transcrição:

(1) Os jovens de hoje não levam nada a sério, se intoxicam com todas as drogas que encontram, fazem isso, por terem consciência do que estão fazendo, se estão cientes do que usam, também estão quando praticam seus crimes bárbaros, sendo injustas as leis do Brasil, por não puni-los. (2) Garotos de doze anos experimentando maconha, imaginando os filmes de polícia e ladrão, invadindo a casa do cidadão que luta dia após dia para sustentar sua família, colocando pânico dentro de quatro paredes, infringindo a lei, levando a palavra e sua Magnum 357 acima de tudo para conseguir dinheiro e joias sem considerar os limites de sua insanidade tirando a vida de uma criança inocente, destruindo o futuro, a paz, a esperança de sua família para sempre com uma perda insuperável. (3) Imagine a situação: seu filho no cativo sendo torturado por menores psicopatas com a mente voltada para a violência, querendo seu dinheiro ou a vida de seu filho, o menor sabe que não será penalizado e sim, mais um na lista do Estatuto da Criança e do Adolescente, não será punido pelas suas atrocidades porque as leis do Brasil não permitem, então por não ser castigado novamente se inicia outro crime.

O primeiro argumento detectado na redação é: (1) “Os jovens não levam nada a sério”. Ele é um argumento que funda a estrutura do real porque cria uma generalização. Dizer “Os jovens” engloba todos os jovens, sem exceção alguma. O próximo argumento cria uma relação de valores: (2) “Se os jovens têm consciência de que usam drogas, também têm quando praticam crimes bárbaros”. Esse segundo argumento cria uma relação entre estar ciente ao usar drogas e estar ciente quando se pratica um crime bárbaro, dessa forma, funda-se uma analogia entre as duas situações.

Há por fim uma ilustração: (3) “Imagine seu filho sendo torturado em cativo por menores psicopatas, se forem pegos, não sofreram consequências severas, não têm muito a perder com a tentativa de extorsão”. Essa ilustração serve para reforçar a ideia de que deveria haver punição severa para menores infratores, já que se eles cometessem um crime como descrito acima, os familiares da vítima desejariam, levando em consideração o tipo de crime, uma punição a altura independente se o criminoso seja menor de idade.

A seguir, uma lista que sintetiza os tipos de argumentos levantados:

- (1) Argumento que funda a estrutura do real (generalização).
- (2) Argumento que funda a estrutura do real (analogia).

(3) Argumento que funda a estrutura do real (ilustração).

RESULTADOS

Após extrair e classificar os argumentos das redações, foi possível constatar que há uma dificuldade predominante ao argumentar nos textos dissertativos. A questão da linguagem e gramática são importantes, mas nos casos analisados, foi priorizada a argumentação em si, por isso os argumentos foram melhor elaborados durante a classificação. Porém, todos foram baseados nos textos utilizados, sendo assim possível a sua verificação a partir da leitura das redações.

A maior dificuldade detectada foi quanto a identificação, que é descrita por Perelman e Olbrechts-Tyteca no primeiro capítulo deste trabalho. Os autores das redações deveriam trabalhar o tema da diminuição da maioridade penal para 16 anos e qual era a posição frente a esse tema. Em algumas redações, o tema foi igualado ao da violência, já em outros, com indisciplina ou uso de drogas. Não houve uma definição de violência, ou criminalidade, por exemplo, que é de alta importância para que se obtenha o máximo de objetividade, afinal, um jovem roubar uma maçã da venda não parece ser um ato de violência, e não é necessário que o jovem esteja drogado para cometer esse ato, ou que as drogas sejam sua única motivação, como mostrada na RED7.

Observando os argumentos extraídos, nota-se muitos erros de raciocínio, ou as chamadas falácias. As falácias podem ser intencionais, quando se quer persuadir alguém a fazer algo que logicamente é imoral, por exemplo, ou acidentais, quando é refletido o baixo nível de elaboração crítica de quem produz argumentações que as contenham. Esse segundo caso é provavelmente o caso sobre os autores das redações analisadas, visto que se trata de um contexto avaliativo e não de manipular o ouvinte.

No total foram encontrados 53 argumentos durante a análise das sete redações. O tipo de argumento mais utilizado foi o argumento baseado na estrutura do real, mais especificamente, aqueles que criam uma relação de causa e efeito, tendo 16 ocorrências. Isso mostra como é difundida a questão da causalidade. A maioria das redações propôs a justificar o comportamento dos jovens delinquentes tendo como base o fato de o contexto deles serem propiciadores de comportamentos criminosos, como lugar, condição financeira e uso de drogas.

O segundo tipo de argumento mais utilizado foi aquele do tipo que funda a estrutura do real, especificamente, aqueles que formulam generalizações. Esse tipo teve 11 ocorrências.

O que mostra como esse recurso também foi muito utilizado. Porém, após observar as generalizações feitas, nota-se a falta de qualidade, já que a generalização dificilmente é um recurso interessante, pois já que a linguagem natural não é unívoca, exceções e mal entendidos são geralmente possíveis.

Além disso, a falta de diversidade nos modelos argumentos utilizados pelos alunos mostra que bem provavelmente eles não aprenderam a variedade deles que podem utilizar, o que pode enriquecer a redação, sendo benéfico para os autores, já que receberiam uma nota melhor. Também, conhecendo a construção argumentativa, a estrutura, permite uma forma de raciocinar e organizar as palavras, principalmente quando não se tem muita experiência com um nível de argumentação mais elaborado, o qual é esperado no texto dissertativo escolar assim como nas provas de admissão de faculdades ou universidades.

Dadas as precariedades dos argumentos e a ausência de recursos que poderiam enriquecê-los, é realçada aqui a importância deles serem tratados em sala de aula de forma explícita e sistemática, visto que o pensamento crítico é algo que se aprende pela prática e que a sua materialização na linguagem natural precisa de estruturas sistematizadas a fim de promover ao máximo a univocidade do discurso argumentativo.

Mesmo que o foco deste trabalho tenha sido a argumentação em si e sua classificação e variedade, as questões linguísticas são de extrema importância e por isso são colocadas até mesmo para serem utilizadas como referência neste trabalho. Elas são importante pois são elas que dão o suporte material para que a argumentação aconteça na forma escrita, e como a escrita requer uma estrutura e um consenso dentro dos falantes de um idioma, tais questões são de extrema importância quando se deseja produzir um texto de qualidade e que alcance seu objetivo principal de comunicar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar** – gerenciando razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BARBOSA, Severino Antônio M. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. 15.ed. Campinas: Papyrus, 2002.

CONHEÇA a redação nota 10 do ENEM. Colégio Ateneu. Disponível em: <<http://www.ateneu.com.br/portal/index.php/conheca-a-redacao-nota-10-do-enem>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto: redação, argumentação, e leitura**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e Coerência Textuais**. São Paulo: Ática, 2002.

GUARIGLIA, Rinaldo. **A intersubjetividade do discurso dissertativo escolar**. 1997. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara — UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 1997.

KOCH, Ingedore V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA, Luiz C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULO, Lucineide Lima de. **Em teu seio, ó liberdade: a intertextualidade como fator de coerência em textos publicitários**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/pdf/31.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2013.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.